



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS

PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

João Pessoa - PB

2023

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

► REITORIA

Mary Roberta Meira Marinho | **Reitora**

Neilor Cesar dos Santos | **Pró-Reitora de Ensino**

Silvana Luciene do N. C. Costa | **Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação**

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes | **Pró-Reitora de Extensão e Cultura**

Rivania de Sousa Silva | **Pró-Reitor de Assuntos Estudantis**

Jose Albino Nunes | **Pró-Reitor de Administração e Finanças**

► CAMPUS JOÃO PESSOA

Ricardo José Ferreira | **Diretor Geral**

Rafael José Alves do Rego Barros | **Diretora de Desenvolvimento de Ensino**

Anderson Sávio de Medeiros Simões | **Chefe do Departamento de Ensino Superior**

Alecsandro Monteiro Kramer | **Diretor de Administração e Finanças**

Maria José Pereira Dantas | **Chefe do Departamento de Articulação Pedagógica**

Cristiano Lourenço Elias | **Chefe da Unidade Acadêmica V**

Robson Oliveira Lima | **Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários**

► COMISSÃO DE ELABORAÇÃO (Portaria 55/2022 - DG/JP IFPB, de 2 de março de 2022)

Robson Oliveira Lima (Presidente) | **Docente área técnica**

Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia | **Docente área técnica**

Herbert José Cavalcanti de Souza | **Docente área técnica**

Felipe Flavio Bezerra Rocha | **Docente área técnica**

Roberto Salgado Beato | **Docente área técnica**

Sidny Janaina Pedrosa | **Téc em Assuntos Educacionais DEPA/COPED**

Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra | **Téc em Assuntos Educacionais**

► CONSULTORIA PEDAGÓGICA E REVISÃO FINAL

Tiberio Ricardo de Carvalho Silveira | **IFPB/PRE/DAPE**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1. Dados da Mantenedora e Mantida	7
1.2. Missão Institucional	7
1.3. Histórico Institucional	7
1.4. Políticas Institucionais	12
1.5. Cenário Socioeconômico	14
2. CONTEXTO DO CURSO	24
2.1. Dados do Curso	24
2.2. Justificativa de Demanda do Curso	24
2.2.1. O Setor da Construção Civil	25
2.2.2. A construção Civil na Paraíba	26
2.3. Objetivos	27
2.3.1. Objetivo Geral	27
2.3.2. Objetivos Específicos	28
2.4. Contexto Educacional	28
2.5. Requisitos e Formas de Acesso	30
2.6. Perfil Profissional do Egresso e Área de Atuação	31
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	33
3.1. Organização Curricular	33
3.2. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores	35
3.3. Matriz Curricular	37
3.4. Metodologia	40
3.4.2. Visitas técnicas	43
3.4.3. Curricularização da Extensão	44
3.4.4. Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos	48
3.4.5. Ações para evitar a retenção e a evasão	53
3.4.6. Acessibilidade atitudinal e pedagógica metodológica	58
3.4.7. Estratégias Pedagógicas	59
3.4.8. Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem	60
3.5. Colegiado do Curso	62
3.6. Núcleo Docente Estruturante	64
3.7. Coordenação do Curso	65

3.8. Prática Profissional	67
3.9. Estágio Curricular Supervisionado	68
3.10. Trabalho de Conclusão de Curso	69
3.11. Sistemas de Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	70
3.12. Tecnologias de Informação e Comunicação	72
4. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO	73
4.1. Espaço Físico Existente	73
4.2. Biblioteca	74
4.3. Instalações de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais	80
4.4. Laboratórios	82
5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	83
5.1. Pessoal Docente	83
5.2. Pessoal Técnico	85
5.3. Política de Capacitação de Servidores	85
6. AVALIAÇÃO DO CURSO	86
6.1. Comissão Própria de Avaliação – CPA	86
6.2. Formas de Avaliação do Curso	88
7. CERTIFICAÇÃO	89
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
9. EMENTÁRIO	94

APRESENTAÇÃO

O Plano Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar à comunidade acadêmica o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do Instituto Federal da Paraíba - Campus João Pessoa (IFPB). Foi elaborado de forma participativa, visto que incluiu representantes de todos os segmentos de educação das áreas de conhecimento relacionadas ao Curso e teve como bases o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFPB 2020-2024) e o Regimento didático dos Cursos Superiores do IFPB (RES. N° 54-CS, DE 20 DE MARÇO DE 2017).

Este Plano Pedagógico do Curso evidencia os princípios de: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades acadêmico-formativas desenvolvidas pelo IFPB, flexibilização curricular, promoção da contextualização e da criticidade dos conhecimentos; ética como orientação das ações educativas e prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Este PPC concentra a concepção do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais, vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem, respeitando os ditames do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST, de 2016, p. 47, e da RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 05 DE JANEIRO DE 2021 DE 2005, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de tecnologia.

Por sua vez, após revisado e atualizado, conforme a atual política do Ministério da Educação – MEC e as recentes regulamentações determinadas pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, este PPC observa a demanda de formação de profissionais gestores na área de Negócios Imobiliários.

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1. Dados da Mantenedora e Mantida

Mantenedora:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75				
End.:	Avenida João da Mata			n.:	256
Bairro:	Juaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58015-020
UF:	PB				
Fone:	(83)3612-9701		Fax:		
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br				
Site:	www.ifpb.edu.br				
Mantida:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ - 10.783.898/0001-75				
End.:	Avenida Primeiro de Maio			nº:	720
Bairro:	Juaribe	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58015-430
UF:	PB				
Fone:	(83)3612-1200		Fax:		
E-mail:	ifpb@ifpb.edu.br				
Site:	www.ifpb.edu.br/joaopessoa				

1.2. Missão Institucional

“Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.”(PDI/IFPB 2020-2024).

1.3. Histórico Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem mais de 100 anos de existência. Ao longo de todo esse período, recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1942; Escola Industrial, de 1942 a 1958; Escola Industrial Coriolano de Medeiros, de 1958 a 1965; Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1965 a 1968; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1968 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, com a edição da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal da Paraíba, no início de sua história, quando seu nome era Escola de Aprendizes Artífices e sua proposta pedagógica dialogava com os desafios da época, tinha como objetivos alfabetizar e iniciar no mundo do trabalho jovens pobres das periferias da então cidade de Parahyba do Norte. O decreto do Presidente Nilo Peçanha criou uma escola de aprendizes artífices em cada capital dos estados da federação, mais como uma solução reparadora da conjuntura socioeconômica que marcava o período, para conter conflitos sociais e qualificar mão de obra barata, suprimindo o processo de industrialização incipiente que, experimentando uma fase de implantação, viria a se intensificar a partir de 1930.

A Escola de Aprendizes Artífices, que oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria, funcionou inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado e depois se transferiu para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960. Finalmente, já como Escola Industrial Coriolano de Medeiros, se instalou no prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, no bairro de Jaguaribe. Nessa fase, a Instituição tinha como único endereço a capital do estado da Paraíba. O processo de interiorização da Instituição aconteceria décadas depois, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (UnED-CJ) em 1995.

Transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB), a Instituição experimentou um fértil processo de crescimento e expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede (denominação atribuída ao hoje Campus João Pessoa), com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional (NEEP), que funcionava na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos (NACE), que ocupava o antigo prédio da Escola de Aprendizes Artífices, ambos no mesmo município. Posteriormente, tais Núcleos foram desativados, e suas atribuições foram incorporadas por outras diretorias e departamentos. Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade paraibana e brasileira todos os níveis de educação, desde a educação básica (ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio) à educação superior

(cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. A partir desse período, foram implantados cursos de graduação nas áreas de Telemática, Design de Interiores, Telecomunicações, Construção de Edifícios, Desenvolvimento de Softwares, Redes de Computadores, Automação Industrial, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Negócios Imobiliários, bem como a Licenciatura em Química.

Esse processo experimentou grande desenvolvimento com a criação dos cursos de bacharelado nas áreas de Administração e de Engenharia Elétrica e com a realização de cursos de pós-graduação em parceria com faculdades e universidades locais e regionais, a partir de modelos pedagógicos construídos para atender às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e das normas delas decorrentes.

Ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, ocorreu, em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UnED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Com o advento da Lei nº 11.892/2008, o Instituto se consolida como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além dos cursos usualmente chamados de “regulares”, o Instituto desenvolve também um amplo trabalho de oferta de cursos de formação inicial e continuada e cursos de extensão, de curta e média duração, atendendo a uma expressiva parcela da população, a quem são destinados também cursos técnicos básicos, programas e treinamentos de qualificação, profissionalização e reprofissionalização, para melhoria das habilidades e da competência técnica no exercício da profissão.

Em consonância com os objetivos e finalidades previstos na Lei supracitada, o Instituto desenvolve estudos com vistas a oferecer programas de treinamento para formação, habilitação e aperfeiçoamento de docentes da rede pública. Também atua fortemente na educação de jovens e adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Programa Novos Caminhos e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) reconhecidos nacionalmente, ampliando o cumprimento da sua responsabilidade social.

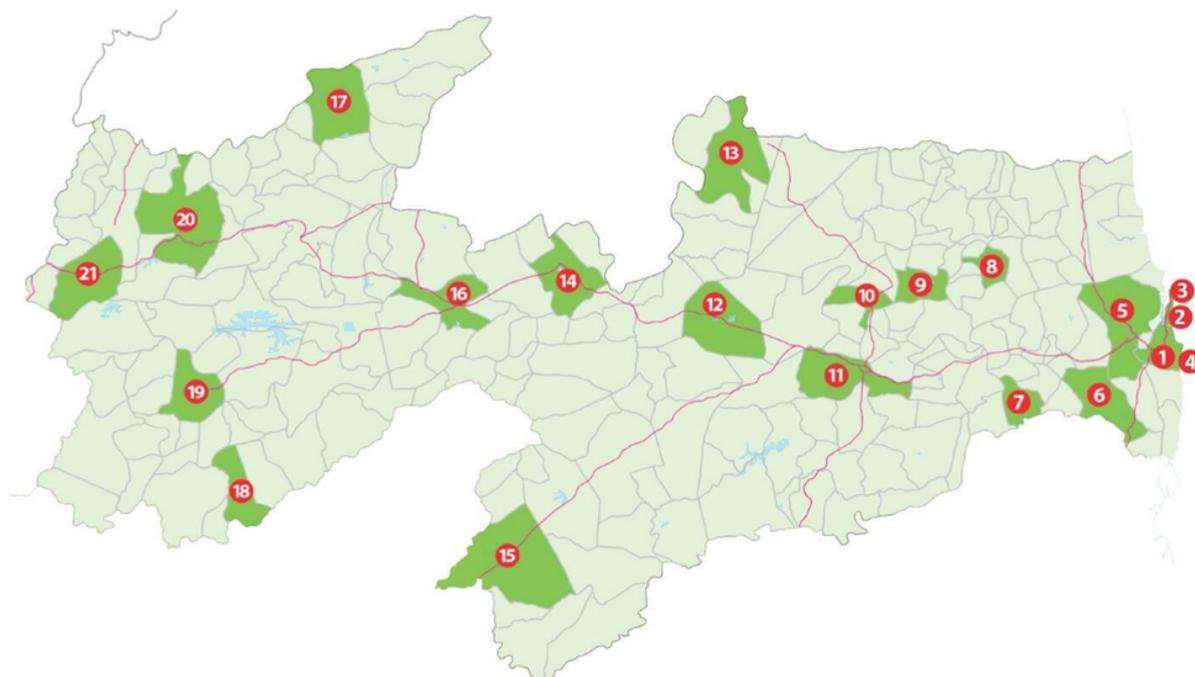
Visando à expansão de sua Missão Institucional no estado, o Instituto desenvolve ações para atuar com competência na modalidade de Educação a Distância (EaD) e tem investido fortemente na capacitação dos seus professores e técnico-administrativos e no desenvolvimento de atividades de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e de pesquisa aplicada, horizonte aberto pela nova Lei.

Até o ano de 2010, contemplado com o Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, do governo federal, o Instituto implantou mais cinco Campi no estado da Paraíba, contemplando cidades consideradas pólos de desenvolvimento regional – Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel – que, somados aos Campi já existentes de Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Sousa (mediante integração da Escola Agrotécnica Federal de Sousa e do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba), tornaram o IFPB uma instituição com nove Campi e a Reitoria.

Com a Fase III do Plano de Expansão da Educação Profissional do governo federal, que se estendeu até o final de 2014, o Instituto implantou um Campus na cidade de Guarabira, o Campus Avançado Cabedelo Centro e viabilizou o funcionamento de mais dez unidades, a saber: Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia, Santa Rita e Soledade. Destarte, as 21 unidades do IFPB levam educação em todos os níveis a essas localidades paraibanas, oportunizando o desenvolvimento econômico e social e melhorando a qualidade de vida nessas regiões.

O Instituto Federal da Paraíba abrange todo o território paraibano, desde João Pessoa e Cabedelo, no litoral; passando por Guarabira, no Brejo, Campina Grande, no Agreste, Picuí, no Seridó, Monteiro, no Cariri; até Patos, Princesa Isabel, Sousa e Cajazeiras, na região do Sertão, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Localização dos *Campus* do Instituto Federal da Paraíba



- | | | |
|--|---------------------------|----------------------------|
| 1. Campus João Pessoa e Polo de Inovação | 8. Campus Guarabira | 15. Campus Monteiro |
| 2. Campus Cabedelo | 9. Campus Areia | 16. Campus Patos |
| 3. Campus Avançado Cabedelo Centro | 10. Campus Esperança | 17. Campus Catolé do Rocha |
| 4. Campus Mangabeira | 11. Campus Campina Grande | 18. Campus Princesa Isabel |
| 5. Campus Santa Rita | 12. Campus Soledade | 19. Campus Itaporanga |
| 6. Campus Pedras de Fogo | 13. Campus Picuí | 20. Campus Sousa |
| 7. Campus Itabaiana | 14. Campus Santa Luzia | 21. Campus Cajazeiras |

Fonte: IFPB (2020).

Atuando primordialmente na Paraíba, mas não excluindo os cenários nacional ou internacional, o Instituto desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas seguintes áreas: Comércio, Construção Civil, Educação, Geomática, Gestão, Indústria, Informática, Letras, Meio Ambiente, Química, Recursos Pesqueiros, Agropecuária, Saúde, Telecomunicações e Turismo e Hospitalidade. O Instituto Federal da Paraíba procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, pesquisa e extensão primordialmente às necessidades estaduais.

Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que a área de influência do Instituto Federal se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como o Grande Recife e Natal, têm historicamente solicitado profissionais formados pelo Instituto para suprir a demanda em áreas diversas.

Por fim, além de desempenhar o seu próprio papel no desenvolvimento humano daqueles que dele fazem parte, o Instituto Federal da Paraíba atua em parceria com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão no apoio às necessidades científico-tecnológicas de outras instituições da região. Essa atuação não se restringe ao estado da Paraíba, mas gradualmente vem se consolidando dentro do contexto macrorregional, delimitado pelos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.4. Políticas Institucionais

A gestão acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários se articula com as políticas institucionais do Instituto Federal da Paraíba, que define, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, um conjunto de princípios filosóficos e teóricos norteadores de suas ações de gestão acadêmica.

O Instituto Federal da Paraíba realiza um processo de revisão e atualização das suas políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, que envolve todos os seus cursos, incluindo o de Negócios Imobiliários. Esse processo é feito de forma contínua e anual, seguindo o planejamento estratégico decenal (PLANEDE), que é um plano elaborado pela Diretoria de Planejamento Institucional para alinhar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) às metas de longo prazo do IFPB. O PLANEDE é um sistema informatizado que utiliza indicadores de desempenho e metas definidas nos níveis macro e nano organizacionais para as áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa. O objetivo do PLANEDE é fornecer ferramentas digitais para o planejamento, acompanhamento, avaliação, revisão e propositura das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão do IFPB.

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais da instituição consideram a educação como uma prática sócio-política, realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, promotora da formação de pessoas

tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos.

As ações educacionais do IFPB sustentam-se nos seguintes princípios: respeito às diferenças de qualquer natureza; inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana; respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável; gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia; diálogo no processo ensino-aprendizagem; humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade; valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Quanto aos princípios filosóficos e teóricos da Educação Profissional e Tecnológica, o IFPB compreende a educação tecnológica como a conjugação interativa entre a educação geral e a tecnologia, valorizando e contextualizando os indivíduos no processo, dirigindo sua abordagem para a formação do educando no sentido do pensar, saber, saber fazer e saber ser nas várias dimensões fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

Em relação aos princípios filosóficos e teóricos do Desenvolvimento da Ciência, o IFPB, em sua prática educativa, considera que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, que é o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida.

A ciência pós-moderna resgata estes valores e o IFPB terá em sua prática a busca desta realidade, reconhecendo no senso comum o caminho para a produção do conhecimento prático e pragmático, reproduzido a partir das trajetórias e das experiências de vida de um grupo social.

Já no que alcança os princípios filosóficos e teóricos da Prática Acadêmica, a instituição contempla a interdisciplinaridade e a contextualização dos conhecimentos, dirigindo o ensino para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das competências necessárias para uma atuação no mundo de forma reflexiva, cooperativa e solidária. Para isto, as práticas pedagógicas devem estar vinculadas também a um processo reflexivo constante por parte do professor,

bem como a uma perspectiva que considere a aprendizagem como um processo dinâmico, contribuindo, deste modo, para que os alunos compreendam a interdependência dos diversos fatores que constituem o ambiente e a realidade na qual estão inseridos.

O IFPB adota esses pressupostos pedagógicos em seus projetos de curso, com vistas a formar profissionais conscientes de sua cidadania, preocupados em transformar a realidade para se alcançar uma sociedade mais democrática, solidária e humanista.

1.5. Cenário Socioeconômico

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro e faz fronteira com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2020 conta com uma população estimada em 4.039.277 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o 13º estado mais populoso do Brasil, apresentando uma densidade demográfica de 66,70 habitantes por quilômetro quadrado, com cerca de 2.838.678 habitantes vivendo na zona urbana (75,37%) e 927.850 na zona rural (24,63%).

Apesar de possuir uma economia pequena, se comparada àquelas dos estados mais desenvolvidos do país, a Paraíba tem experimentado índices de crescimento bastante expressivos. As variações do Produto Interno Bruto do estado, bem como os índices apresentados para o Brasil, podem ser vistas na Tabela 1.

Tabela 1 - PIB per Capita do Brasil e Paraíba, 2009-2018

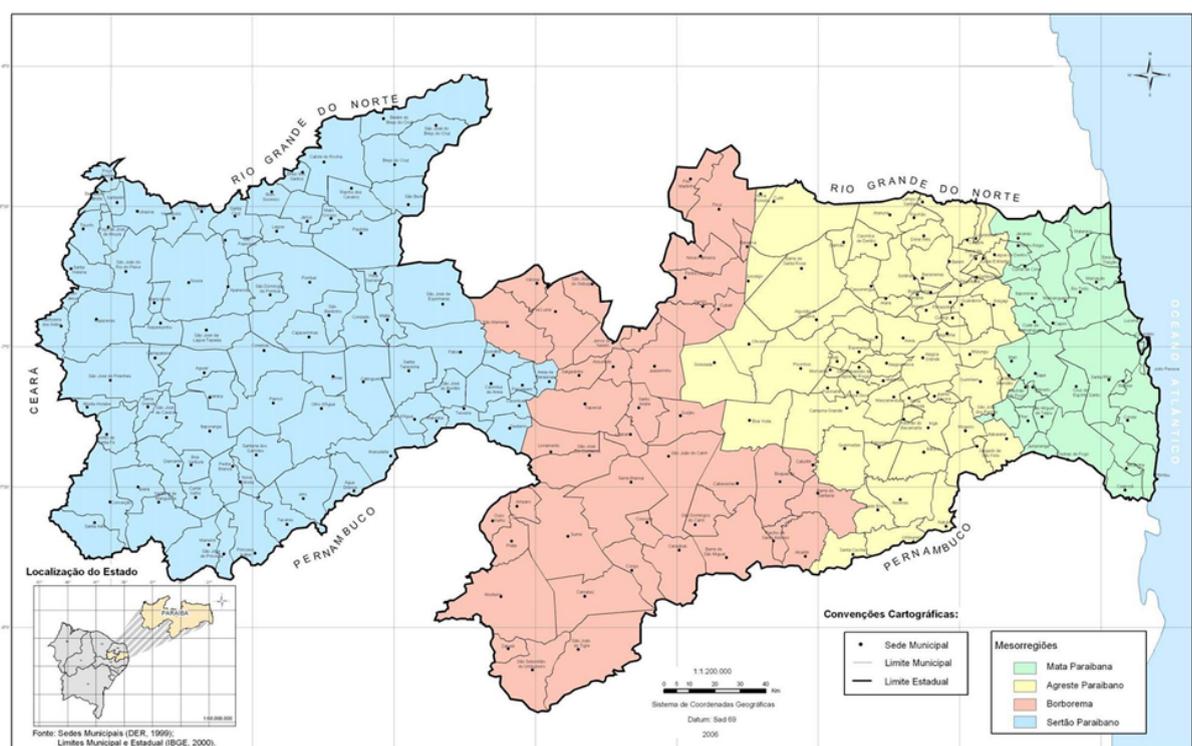
Ano	PIB Per Capita (em R\$)	
	Paraíba	Brasil
2009	8.018,72	17.271,34
2010	8.899,38	19.938,60
2011	9.787,93	22.259,91
2012	11.136,68	24.278,35
2013	11.847,81	26.657,54

2014	13.42242	28.648,74
2015	14.133,69	29.466,85
2016	14.778,36	30.558,75
2017	15.500,16	31.843,95
2018	16.107,51	33.593,82

Fonte: IBGE (2020).

Quanto aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em quatro mesorregiões, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, vide Figura 2.

Figura 2 - Mapa do Estado da Paraíba



Fonte: Paraíba (2016).

Essas mesorregiões, por sua vez, estão divididas em 23 microrregiões geográficas. Essa divisão levou em consideração as características e as formas de organização socioeconômica e política.

Mesorregião da Mata Paraibana: é integrada pelas microrregiões geográficas Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul e engloba 30 dos 223

municípios do estado, ou seja, 13,45% do total. Com uma superfície de 5.262,405 km² (9,3% do território do estado), abrigava uma população estimada de 1.542.431 habitantes em 2020, o que significa uma densidade de 293,10 hab./km². O grande aglomerado urbano da capital do estado é um dos principais responsáveis por essa concentração populacional. Nesse aglomerado destacam-se as indústrias alimentícia, têxtil, a de construção civil e a do cimento. O destaque também se dá no comércio e na rede de serviços. Essa mesorregião apresentava PIB per capita médio de R\$ 15.253,25 (IBGE, 2020).

Mesorregião do Agreste Paraibano: constitui a mesorregião de transição entre a Zona da Mata e a Mesorregião da Borborema, com 12.914 km² de extensão, 66 municípios, população estimada de 1.273.243 habitantes em 2020 e densidade de 98,59 hab./km², sendo o peso populacional, em grande parte, devido à cidade de Campina Grande, onde se concentram cerca de 400 mil habitantes. As cidades de Campina Grande, Guarabira e Itabaiana, de acordo com o IBGE e o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME-PB), somaram juntas em 2010 uma receita de R\$ 9,2 bilhões, o que representa quase 28,7% da economia paraibana. Na Zona do Agreste destacam-se a produção de cana-de-açúcar, algodão e sisal, a pecuária e também o desenvolvimento do comércio, que geram um PIB per capita médio de R\$ 9.809,83 (IBGE, 2020).

Mesorregião da Borborema: tem área de 15.572 km² e é formada por 44 municípios, localizados no Planalto da Borborema, entre o Sertão e o Agreste, e agrupados em quatro microrregiões: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Seridó Ocidental Paraibano e Seridó Oriental Paraibano, que abrigam cerca de 316.900 habitantes. Tem como principais centros urbanos as cidades de Monteiro, Picuí, Juazeirinho e Santa Luzia, e sua economia concentra-se na extração mineral, na produção de sisal e algodão e na pecuária de caprinos. Sua densidade demográfica de 20,4 hab./km² espelha as dificuldades enfrentadas pela população que vive nessa mesorregião, pois, dada a escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza, ela apresenta a menor densidade demográfica entre as zonas geoeconômicas consideradas, com PIB per capita médio de R\$ 10.348,91 (IBGE, 2018).

Mesorregião do Sertão Paraibano: é a mais extensa em área, com 22.720 km², formada pela união de 83 municípios agrupados em sete microrregiões, com população estimada de 906.758 habitantes em 2020 e densidade demográfica de

39,9 hab./km². Seus principais centros urbanos são Patos, Sousa e Cajazeiras, mas também merecem destaque cidades como Pombal, Catolé do Rocha, Itaporanga, São Bento e Conceição. Comparado aos demais espaços do Sertão do Nordeste, o Sertão da Paraíba é um dos mais afetados pela degradação ambiental. Sua população está sujeita a condições de insustentabilidade tanto econômica quanto social, bem mais difíceis de controlar do que as encontradas nas mesorregiões da Mata e do Agreste Paraibano. A Mesorregião do Sertão Paraibano apresenta PIB per capita médio de R\$ 9.402,55 (IBGE, 2018).

Para efeito de análise de mercado, podemos dividir a Paraíba em três mesorregiões distintas: a Zona da Mata, região polarizada pela capital João Pessoa; o Agreste, região central do estado, polarizada pela cidade de Campina Grande; e o Sertão, região com características próprias, polarizada pela cidade de Patos.

O Sertão se caracteriza pelo baixo índice de industrialização em relação a sua extensão e sua densidade populacional. Basicamente, observa-se a presença de indústrias de beneficiamento mineral (área que apresenta um considerável potencial de exploração no estado), além das indústrias de alimentos e bebidas e de confecções, todas com leves índices de automação. A mesorregião conta com três distritos industriais: o de Patos, com aproximadamente 35 hectares, o de Sousa, com 32,5 hectares, e o de Cajazeiras, com 21,39 hectares.

Na área educacional, o Sertão paraibano é atendido pela rede estadual de escolas públicas, responsável pelo ensino médio, presente na maioria das cidades da região. A rede municipal, responsável pela educação infantil e pelo ensino fundamental, está presente nas zonas urbana e rural na maioria dos municípios. A região conta ainda com alguns Campi do IFPB – o de Patos, o de Princesa Isabel, o de Sousa e o de Cajazeiras, que servem boa parte da região –, além de unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sendo atendida também por projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT). No ensino superior, o Sertão conta ainda com vários Campi da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizados nas cidades de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, onde são oferecidos cursos como Engenharia

Florestal, Medicina Veterinária, Direito, Pedagogia e Medicina, além de diversas faculdades privadas.

A Mesorregião do Agreste Paraibano apresenta um grau de urbanização e desenvolvimento maior que o do Sertão e comparável ao da Zona da Mata. Com três distritos industriais – todos situados na cidade de Campina Grande –, ela apresenta indústrias de transformação nas áreas de química, eletroeletrônicos, mineração, têxtil, metal-mecânica, produtos alimentícios, bebidas, materiais plásticos, papel e papelão, cerâmica, couro, calçado, editorial gráfico e borracha. O índice de automação das indústrias varia de baixo a médio, com algumas indústrias empregando tecnologia de ponta em seu processo produtivo. A cidade-polo da região, Campina Grande, possui uma grande demanda de serviços técnicos na área de eletrônica, seja para atender ao parque industrial, seja na prestação de serviços de manutenção de equipamentos e sistemas, entre os quais se destacam os de informática. Segundo a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), é crescente o número de empreendimentos instalados e com projeções de instalação no estado, gerando empregos e desenvolvendo as mesorregiões.

No que diz respeito à oferta de educação básica, a região é atendida pelas redes estadual, municipal e privada. Devido a apresentar a maior renda entre os municípios da região, a cidade de Campina Grande possui ampla rede privada de ensino, que atua tanto no ensino fundamental quanto no médio. Conta, também, com 17 instituições de ensino superior: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que oferece cursos de graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento; a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus Campina Grande; e 14 instituições particulares nas mais diversas áreas do conhecimento.

Destaca-se ainda a vocação da região para o desenvolvimento de novas tecnologias nos campos da Engenharia Elétrica e da Ciência da Computação, devido principalmente à influência da UFCG. Como resultado dessa vocação, observa-se o aumento do número de empresas de base tecnológica e de empresas incubadas no Parque Tecnológico da Paraíba. A cidade de Campina Grande, por sua vocação econômica, também é sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba.

Além disso, o Agreste, capitaneado por Campina Grande, conta com a presença de unidades do SENAI, do SENAC, do SEBRAE, além de outras instituições de educação profissional públicas e privadas, tendo se destacado por sua vocação educacional, ampliando sua área de atendimento aos demais estados da Região Nordeste e do país.

Situação similar à do Agreste ocorre na Mesorregião da Zona da Mata. Os seis distritos industriais existentes, localizados nas cidades de João Pessoa, Conde, Alhandra, Guarabira, Santa Rita e Cabedelo, abrigam indústrias nas mais diversas áreas da atividade econômica. O número de indústrias, o volume de produção e as taxas de emprego são os maiores do estado, com maior concentração nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo.

Na área educacional, destaca-se o número elevado de vagas ofertadas nas instituições de ensino superior (IES), bem como na educação básica e profissional. João Pessoa, a principal cidade da região, conta atualmente com 22 IES – incluindo o Instituto Federal da Paraíba –, centenas de escolas públicas e privadas que atuam na educação básica, além de unidades do SENAI, do SENAC, do SENAR, do SENAT, do SEBRAE e instituições privadas de educação profissional. A cidade tornou-se um centro educacional de médio porte – em nível nacional –, que tende a crescer cada vez mais em função do aumento da demanda por oportunidades educacionais, tendência esta que tem merecido atenção e ações constantes do Instituto Federal da Paraíba, que conta com três unidades na mesorregião.

A cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, está localizada na Mesorregião da Mata Paraibana, Microrregião de João Pessoa, a uma altitude de 47,5 metros acima do nível do mar (Oceano Atlântico). O município de João Pessoa tem uma superfície geográfica de 211 km² para uma população estimada em 817.511 habitantes (IBGE, 2020). A capital paraibana é a 23^a maior cidade do país em número de habitantes, possuindo um IDH de 0,763 em 2010.

O setor de serviços domina a atividade econômica em João Pessoa, sendo responsável por mais de 61% da geração de emprego e renda da cidade, e têm na administração pública, na educação e nos serviços domésticos seus maiores contingentes de trabalhadores. Além do setor de serviços, os principais ramos de atividade econômica do município são, industrial, com 17% da geração de emprego e renda, e o comércio de mercadorias, com 19%. A cidade localiza-se na porção mais

oriental das Américas e do Brasil, com longitude oeste de 34° 47' 30" e latitude sul de 7° 09' 28". A Lei Complementar Estadual nº 59/2003, criou a Região Metropolitana de João Pessoa, constituída pelos municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Alhandra, Pitimbu, Caaporã, Pedras de Fogo, Mamanguape, Rio Tinto e Santa Rita –, bem como o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal da Região Metropolitana de João Pessoa (CONDIAM). A região abriga atualmente uma população estimada em 1.290.223 habitantes (IBGE, 2020).

Segundo o IBGE (2010), João Pessoa possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 96,9% sendo o 3882º do país. O município conta atualmente com três instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Conta ainda com 19 instituições privadas de ensino superior. João Pessoa possui 498 escolas de educação básica e 475 escolas de ensino médio, de acordo com o Censo Escolar 2013, o que demonstra uma potencial demanda bastante significativa para o ingresso na educação profissional. Principalmente, pelo fato de que a universidade pública não consegue atender a todos, instalando-se uma demanda reprimida que certamente ocupará o nosso Instituto.

O Campus João Pessoa é o mais antigo do IFPB. Hoje é considerado referência em educação profissional na capital paraibana, oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de extensão, além dos cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, dos cursos superiores de tecnologia, de licenciaturas e de bacharelados e dos cursos de pós-graduação. Oferta atualmente (ano de 2020) 17 cursos superiores, 11 cursos técnicos e 5 cursos de pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*). São ofertados programas de cursos (FIC) e na Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O prédio oferece à comunidade acadêmica uma ampla estrutura, composta por biblioteca, auditórios, parque poliesportivo com piscina, ginásios, campo de futebol e sala de musculação, restaurante, gabinete médico-odontológico, salas de aulas e laboratórios equipados.

O Campus João Pessoa também atua como polo de educação a distância formalmente, desde 2012, com a criação do Curso de Licenciatura em Letras. A

Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

A instituição há muito tem demonstrado o seu potencial no campo da pesquisa científica e ou tecnológica, associando pesquisa aos cursos técnicos, superiores ou aos programas de pós-graduação. A pesquisa científica e ou tecnológica desenvolvida no campus é realizada em todas as modalidades: Ensino Médio, Ensino Técnico, Graduação (Tecnológico, Bacharelado e Licenciatura) e Pós-graduação.

Atualmente, o Campus João Pessoa possui 75 grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificados pela Instituição, envolvendo seu corpo docente, pesquisadores, estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação e corpo técnico especializado, distribuídos nas diversas áreas de conhecimento em que está inserido.

Em relação à extensão, o Campus João Pessoa tem desenvolvido ações através de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, no âmbito das áreas temáticas de sua atuação. Mais a seguir, tal política será detalhada.

Na Inovação, o objetivo é apoiar os pesquisadores na proteção de suas criações, a disseminação da cultura da inovação, o zelo do cumprimento das políticas de inovação da instituição, a parceria com o setor público e privado e a transferência de tecnologia.

Contribuindo para essa base sólida de conhecimento suportada na educação e na ciência e tecnologia, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, instituição de educação superior, básica e profissional especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades de ensino, tem marcado sua atuação com presença em todo o território paraibano, não excluindo atividades nacionais ou internacionais.

Dessa forma, o IFPB procura, ao interiorizar a educação tecnológica, adequar sua oferta de ensino, extensão e pesquisa primordialmente às necessidades estaduais. Ressalte-se que a localização geográfica da Paraíba permite que sua

área de influência se estenda além das divisas do estado. Assim, regiões mais industrializadas, como Recife e Natal, têm, historicamente, solicitado profissionais formados pelo Instituto para suprir a demanda em áreas diversas. Destaque-se, conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que o IFPB tem como uma das componentes da sua função social o desenvolvimento pleno dos seus alunos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, preparando-o para ser um agente transformador da realidade do município, do estado, país e do mundo, visando à eliminação das desigualdades regionais e locais, dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável, promovendo a igualdade social.

Incorporando-se aos princípios institucionais do IFPB e seguindo as orientações preconizadas pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, oferecido no Campus João Pessoa, promove, desde sua criação, no ano de 2007, a formação profissional, atendendo uma demanda do mercado local, regional e nacional, por profissionais habilitados a analisar criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas mudanças, além da competência para empreender, internalizando valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional em Negócios Imobiliários.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários está concebido de modo a formar profissionais que tenham competência técnica e científica que os capacite a desenvolver atividades de gerência, consultoria, assessoramento, planejamento e pesquisa nas organizações voltadas aos negócios imobiliários.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários deverá favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências referentes à capacidade de negociação, liderança e comunicação para tornar o futuro profissional apto a desenvolver atividades técnicas, gerenciais, e de consultoria dentro do âmbito do segmento imobiliário.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários será ministrado com carga horária de 1.637 (mil, seiscentos e trinta e sete) horas no total. O curso é ofertado no período noturno e deverá ser integralizado no prazo mínimo de 2 (dois) anos.

O estudante do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários pode cursar um máximo de 25 (vinte e cinco) créditos por semestre, correspondendo a 418 (quatrocentos e dezoito) horas semestrais.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários tem dois ingressos. No primeiro semestre letivo são ofertadas 30 (trinta) vagas e no segundo semestre, também, 30 (trinta) vagas, a serem preenchidas através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e de por outras modalidades de ingresso definidos em editais próprios.

O Currículo Pleno do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários está constituído de um Currículo Padrão, como apresentado em Organização na estrutura Curricular que é desenvolvida de acordo com as ementas/planos de ensino previstos para todas as disciplinas contempladas no curso.

A coordenação didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários cabe ao respectivo Colegiado de Curso, o qual promoverá sua avaliação e acompanhamento sistemático. E, este será assessorado pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE – como órgão consultivo responsável pela concepção, estruturação e reformas no Plano Pedagógico do curso tendo por finalidade sua implantação.

2. CONTEXTO DO CURSO

2.1. Dados do Curso

Denominação do Curso	Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários				
Modalidade	Presencial				
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios				
Código e-MEC	95101				
Endereço de Oferta	Avenida Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, João Pessoa-PB, CEP: 58.015-430, Fone: (83) 3612-1200, email: ifpb@ifpb.edu.br ; endereço eletrônico: www.ifpb.edu.br				
SITUAÇÃO LEGAL DO CURSO					
	Autorização		Alteração		Reconhecimento
Documento	Resolução CEFET-PB		-		Portaria MEC
N. Documento	Resolução Nº 19/2004		-		Portaria Nº 432/2017
Data Documento	13/12/2004		-		15/05/2017
Data da Publicação	13/12/2004		-		15/05/2017
Conceito MEC	-		-		5
Turno de Funcionamento	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Vagas anuais	-	-	-	60	60
Regime de Matrícula	Semestral				
Carga Horária	Disciplinas	Atividades Complementares	Estágio Obrigatório	Optativas	Total
Horas	1.604	-	-	33	1.637
Hora/aula	1820	-	-	-	1820
Integralização	Mínimo			Máximo	
	4 semestres			6 semestres	

2.2. Justificativa de Demanda do Curso

A Paraíba está situada no Nordeste brasileiro e faz fronteira com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, além de ter sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. Em 2020 conta com uma população estimada em 4.039.277

habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o 13º estado mais populoso do Brasil, apresentando uma densidade demográfica de 66,70 habitantes por quilômetro quadrado, com cerca de 2.838.678 habitantes vivendo na zona urbana (75,37%) e 927.850 na zona rural (24,63%).

O Produto Interno Bruto da Paraíba soma aproximadamente R\$ 67.986 milhões em 2019. Quanto à geração de riqueza, o setor de serviço permanece com a maior participação – 72,4%, a indústria com 21,4% e a agricultura com 6,1% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO IBGE, 2010).

A capital do Estado, João Pessoa, onde está localizada a unidade sede do IFPB, local de funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, possui uma população estimada em 2021 (IBGE) de aproximadamente 825.796 habitantes, com uma densidade populacional de 3.421,28 hab/km². Além de João Pessoa, outros municípios integram a região metropolitana: Cabedelo (cidade portuária), Bayeux e Santa Rita (distritos industriais). Juntas, essas cidades somam aproximadamente 1 milhão de habitantes. João Pessoa possui uma situação geográfica privilegiada na região Nordeste, estando equidistante das principais capitais nordestinas. Num raio de cerca de 150 km localizam-se as cidades de Recife (PE), Natal (RN) e Campina Grande (PB). Esta localização, a princípio, já disponibilizaria, além do potencial local, três grandes mercados de trabalho. Entretanto, observa-se que o profissional na área de negócios imobiliários a partir da construção civil tem uma atuação global, devendo o seu mundo do trabalho ser analisado do ponto de vista macro.

2.2.1. O Setor da Construção Civil

Nas duas últimas décadas o Brasil tem experimentado um grande desenvolvimento urbano das cidades apresentando um crescimento populacional devido à migração da área rural. A população urbana hoje representa 84,72% de toda a população brasileira, gerando como resultado a criação de loteamentos urbanos, construção de novas unidades habitacionais, alta comercialização de imóveis de terceiros, empreendimentos comerciais, verticalização no âmbito residencial e comercial, incorporações imobiliárias, consórcios habitacionais, dentre outras. Esta nova realidade levou o governo federal à criação de órgãos voltados

para o desenvolvimento de política habitacional nacional, os quais aliados a investimentos certamente promoverão o crescimento da indústria da construção civil, propiciando geração de novos negócios.

O crescimento das cidades trouxe uma nova configuração econômica e social ao país, modificando aspectos geográficos, sociais, econômicos e socioculturais. As demandas por serviços, infraestrutura, moradia e outras necessidades criadas pelas transformações provocadas pelo processo de urbanização no setor econômico, fizeram emergir atividades novas ou o fortalecimento de outras já existentes. Não poderia ser diferente em um país que na década de 1980 ostentava um crescimento urbano de 1,93% ao ano. Esse novo desenho urbano contribuiu para que o setor da construção civil representasse 44,4% da formação bruta de capital fixo brasileira em 2019¹ se expandisse e se fortalecesse. Em 2019, a Construção representava 3,9% do Produto Interno Bruto, enquanto que o setor de Serviços de atividade imobiliárias representava 9,7%. Analisando o setor de Construção, a participação da construção residencial no total da Construção foi de 46,9%, enquanto outros edifícios e estruturas responderam por 53,1%, em 2019.

De acordo com a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), em 2019 o setor de Construção apresentou 125.067 empresas ativas, com uma receita bruta total de R\$302 bilhões. Ainda segundo a PAIC, o total de pessoal ocupado em dezembro de 2019 no setor era de 1,9 milhões de pessoas.

2.2.2. A construção Civil na Paraíba

Segundo a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), das 124 mil empresas ativas no setor de Construção, o Estado da Paraíba seria responsável por 1025, empregando um total de 26.346 pessoas.

No Estado da Paraíba constata-se a dinâmica dessas tendências, com a construção civil servindo de âncora para incrementar outras atividades, representando 58% das indústrias ativas² e, como consequência, o ramo industrial que oferece o maior número de empregos, experimentando um notável crescimento e com fortes indicadores de expansão nesta década.

¹ Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2019.

² Dados do Anuário Estatístico do IDEME (2000).

Em visita à João Pessoa (maio/2000), o Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Luís Roberto Ponte, afirmou que cerca de 70% dos investimentos feitos pelas empresas no país têm como fim a construção, enfatizando, ainda, esperar índices promissores de crescimento para os próximos anos.

Este dado constitui-se muito promissor para a alavancagem da indústria da construção civil, o que trará consequências positivas para o mercado imobiliário gerando oportunidade de negócios para os profissionais liberais que operam com transação de imóveis.

Segundo dados da Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente financiador, os investimentos financeiros aplicados por este órgão na construção civil, nos últimos cinco anos, somaram aproximadamente 460 milhões de reais (192 milhões no setor público e 268 milhões no setor privado). Esses investimentos desencadearam a expansão do comércio de materiais de construção e outras atividades relacionadas.

2.3. Objetivos

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários tem seus objetivos estabelecidos em conformidade com as competências e habilidades estabelecidas no perfil profissional de conclusão apontado no CNCST (3ª edição, 2016) e com a Resolução CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021, que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, seus objetivos são:

2.3.1. Objetivo Geral

Promover ensino de qualidade que corresponda às demandas atuais e futuras de formação profissional de nível superior em Negócios Imobiliários, considerando, sobretudo, a realidade local do estado da Paraíba, com destaque para a região metropolitana de João Pessoa, que passa por um processo acelerado de desenvolvimento imobiliário, com destaque para a administração de condomínios, o aluguel por temporada demandado pelo setor turístico local e a comercialização de imóveis. O curso visa capacitar os profissionais para atuarem no segmento

imobiliário com uma visão sistêmica e atualizada da legislação imobiliária e das ferramentas de marketing digital, buscando garantir sua competitividade em um mercado cada vez mais exigente.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar oportunidades comerciais para o crescimento regional.
- Planejar, operar e controlar a comercialização de bens imóveis.
- Gerenciar empresas prestadoras de serviços na área de gestão de negócios imobiliários.
- Supervisionar transações imobiliárias.
- Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

2.4. Contexto Educacional

Alimentados por todo o processo de urbanização e dos investimentos do capital público e privado, os negócios imobiliários experimentaram um incremento significativo. Essas atividades se consolidaram e novas atividades foram alavancadas. Conforme cadastro do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da Paraíba (CRECI-PB), existem cerca de 147 empresas do setor imobiliário e mais de mil profissionais atuando no mercado paraibano.

A realidade demonstra que na Paraíba existe um considerável número de profissionais e empresas atuando em venda, locação, permuta, administração de imóveis e gestão de negócios imobiliários, embora, uma substancial parcela desses profissionais atue no mercado valendo-se da experiência adquirida na atividade. Portanto, ressentem-se de uma formação específica que os qualifique para o exercício profissional adequado às exigências atuais do mercado.

A crescente demanda no campo de atuação deste profissional, os lançamentos de grandes empreendimentos tanto residenciais quanto comerciais em cidades como João Pessoa e Campina Grande, o surgimento de grandes condomínios com o conseqüente aumento da complexidade das operações, aliado

ao fato do enorme potencial mercadológico nacional, que movimenta 18% do PIB, em sua cadeia produtiva, e, principalmente a necessidade de adaptação às novas e emergentes demandas de mercado justifica uma preparação mais ampla de nível superior.

Esses aspectos justificam a colocação de profissionais no mercado com sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos de interpretação e valorização dos fenômenos sociais, aliado a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, que favoreça a aptidão para a autonomia intelectual, com aptidão para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade e do mercado no qual atua, além de estar preparado para exercer a cidadania, respeitar as questões ambientais e exercer a responsabilidade social.

Mesmo diante de um mercado altamente competitivo, como o que vem se apresentando nas últimas décadas, a qualificação do profissional que atua no mercado imobiliário era somente realizada a nível médio até abril de 2001, instante que o Conselho Federal de Corretores de Imóveis publicou a Resolução 695/2001 reconhecendo o diploma de nível superior na área das ciências imobiliárias para registro profissional.

Para responder às demandas específicas do setor, promovendo a qualificação de profissionais que já atuam no ramo imobiliário, bem como suprir a carência do mercado na formação especializada de profissionais para atuar nesta área, e tendo em vista, também, formação de profissionais competentes para atender às demandas sociais, as Universidades, Faculdades, Centros de Ensino Tecnológico e Institutos Federais de Educação Tecnológica passaram a ofertar Cursos sequenciais e cursos de formação de tecnólogos na área imobiliária, inclusive já com a oferta de cursos de Pós-graduação em instituições no Paraná e no Rio de Janeiro.

Diante deste quadro, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba confirma a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários que será voltado para a formação de um indivíduo empreendedor, crítico e de espírito inovador, devendo este se integrar às equipes de trabalho, participando ativamente das atividades, com autonomia, autoconfiança e com capacidade de

adaptar-se às novas situações de constantes mudanças no cenário socioeconômico e tecnológico.

2.5. Requisitos e Formas de Acesso

O ingresso no Curso de Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários se fundamenta na Resolução no 54-CS, de 20 de março de 2017, que dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal da Paraíba. De acordo com esta Resolução, são formas de ingresso nos cursos superiores de graduação do IFPB, por meio de:

- I. **Adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU)**, informando previamente o percentual de vagas destinadas a esta forma de seleção, sob responsabilidade do MEC;
- II. **Processo Seletivo Especial (PSE)**, em acordo com a Resolução AD REFERENDUM CS/IFPB n.º16/2022, que prevê as seguintes modalidades: reingresso, transferência interna, transferência interna, transferência externa, ingresso de graduados e transferência de polo;
- III. **Termo de convênio**, intercâmbio ou acordo interinstitucional, seguindo os critérios de Processo Seletivo, definidos no instrumento da parceria e descrito em Edital;
- IV. **Processo Seletivo Próprio (PSCS)**, para estudantes egressos do ensino médio cuja forma deverá ser aprovada por resolução do Conselho Superior;

§ 1º A forma de ingresso prevista no inciso II, destinada a candidatos egressos do ensino médio, obedecerá à Lei no 12.711/2012, que estabelece reserva de vagas a estudantes de escola pública, além das cotas étnico raciais, definida em Resolução do Conselho Superior, observando as legislações pertinentes.

§ 2º A forma de ingresso prevista no inciso IV, referente a cursos ofertados em caráter especial ou ocasionalmente, podem ter processos seletivos próprios, visando atender as especificidades.

§ 3º As informações para a oferta dos cursos, como turno, vagas, tempo de duração, endereço de oferta, entre outros, devem seguir rigorosamente o que expressa o Plano pedagógico do curso aprovado no âmbito do IFPB.

2.6. Perfil Profissional do Egresso e Área de Atuação

O perfil do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários se constitui em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016), visto que explicita um profissional que,

Identifica oportunidades comerciais para o crescimento regional. Planeja, opera e controla a comercialização de bens imóveis. Gerencia empresas prestadoras de serviços na área de gestão de negócios imobiliários. Supervisiona transações imobiliárias. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. (CNCST, 2016, p. 47).

Ainda de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016), o profissional possui como campo de atuação:

- Condomínios.
- Construtoras.
- Empresas urbanizadoras.
- Imobiliária, Administradora de imóveis e Incorporadora.
- Institutos e Centros de Pesquisa.
- Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba – Campus João Pessoa postula para o estudante desenvolver as seguintes competências e habilidades para:

- Realizar estudos de viabilidade de empreendimentos imobiliários;
- Utilizar recursos imobiliários de modo racional e objetivo;
- Avaliar, gerir, mediar e promover a propriedade imobiliária sob todas as suas formas;
- Prestar consultoria na área imobiliária;
- Gerenciar empresas do ramo imobiliário;
- Gerenciar condomínios;

- Emitir parecer técnico em assuntos inerentes à área imobiliária
- Diagnosticar e solucionar os problemas inerentes a área imobiliária.

O egresso do CST em Negócios Imobiliários será um profissional apto para o mercado imobiliário paraibano, especialmente da região metropolitana de João Pessoa. Essa região apresenta um elevado crescimento demográfico e uma crescente demanda imobiliária. O egresso terá conhecimento sobre o Plano Diretor da cidade de João Pessoa, que está em discussão em 2023, e que é tratado na disciplina de Planejamento Urbano. O egresso também dominará a legislação imobiliária local, que é estudada em disciplinas como Direito e Legislação Imobiliária.

Além disso, o egresso estará habilitado para a Administração de Condomínios, que é uma área em forte expansão na cidade e que é abordada na disciplina homônima no quarto período. Considerando o potencial turístico da região metropolitana de João Pessoa, o egresso saberá lidar com as especificidades da locação por temporada, principalmente na região litorânea. Por fim, o egresso terá competência para utilizar as ferramentas modernas de marketing, que são ensinadas nas disciplinas de Administração e Marketing e Estratégias de Comercialização, buscando se diferenciar em um mercado moderno e competitivo.

Como complemento às competências a serem adquiridas, e visando contribuir para um melhor desempenho do profissional em atividades no mercado de trabalho, a organização curricular, além dos aspectos técnicos, enfatiza a formação integral do profissional no que diz respeito à cidadania, ao conhecimento da realidade física, social e econômica local e, ainda, proporciona visão empresarial em consonância com o modelo de economia globalizada da sociedade. Assim, o Tecnólogo em Negócios Imobiliários deverá possuir:

- Habilidade de trabalhar em equipe multidisciplinar;
- Visão empreendedora e de organização;
- Facilidade de adaptação e resposta aos desafios contemporâneos, induzidos pela rápida evolução do mercado imobiliário;
- Habilidade em comunicação verbal e escrita.
- Postura e predisposição para atualização constante.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Organização Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB foi concebido como uma proposta eminentemente prática, em que, na maior parte do tempo, o estudante estará desenvolvendo atividades práticas em sala ou em laboratórios, simulando situações e desafios reais do profissional atuante nessas áreas.

Nesse sentido, a organização curricular do curso contempla os conteúdos expressos no quadro a seguir (Distribuição dos Componentes Curriculares), em concordância com a Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Educação – CNE/Câmara de Educação Superior – CES, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração, bacharelado. Essa fundamentação se justifica pelo eixo tecnológico do curso, que é Gestão e Negócios, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016).

Entretanto, sabe-se que somente com atividades vivenciadas em sala de aula, os estudantes não conseguirão vislumbrar as atividades do dia-a-dia que desenvolvem como profissionais. Por isso, sempre que necessário, os professores deverão oportunizar visitas técnicas onde possíveis no segmento imobiliário, envolvendo para isso imobiliárias, construtoras, administradoras de condomínios, escritórios de despachantes entre outras.

Isso será possível uma vez que os professores que fazem parte do Quadro Docente do curso apresentam, além da formação acadêmica, estreito vínculo com a área de Gestão e de Legislação, facilitando a execução de atividades concernentes à área do curso.

A Instituição oportuniza práticas profissionais durante todo o curso (palestras, debates, oficinas, seminários, práticas profissionais), que além de possibilitar a complementação de competências não constituídas no período normal pelos estudantes, também será um momento de integração entre empregadores e trabalhadores do setor imobiliário, trazendo à discussão os temas prementes e atuais do mercado de trabalho.

A proposta é que essas práticas profissionais refiram-se diretamente às unidades curriculares ofertadas na fase em questão. Desta maneira, ao final do curso, os estudantes terão uma complementação com vivências práticas referentes a cada uma das unidades curriculares abordadas no curso, sendo a distribuição da carga horária em conteúdos nas categorias conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Distribuição de Disciplinas por Eixo de Formação

Categoria de Formação	Disciplina	CH(h)
Eixo de Formação Básica - relacionados com os estudos metodológicos, comportamentais, financeiros e contábeis.	Matemática Financeira	67
	Contabilidade Geral	67
	Psicologia do Trabalho	50
	Comunicação Organizacional	50
	Inglês Instrumental aplicado a Negócios	50
	Informática Básica	50
	Práticas Curriculares de Extensão	33
Carga Horária - Formação Básica		367
Eixo de Formação Profissional - relacionados às áreas administrativas, técnicas e jurídicas que irão dar suporte à gestão imobiliária	Introdução ao Direito Público e Privado	67
	Fundamentos da Administração	67
	Fundamentos da Construção Civil	50
	Fundamentos de Arquitetura	50
	Planejamento Urbano	50
	Administração de Marketing	67
	Administração de Pessoas	67
	Empreendedorismo	67
	Legislação Social	67
	Estratégias de Comercialização	67
Carga Horária - Formação Profissional		619

Eixo de Formação Específica - relacionados com as áreas específicas de atuação no segmento imobiliário	Tributos e Seguros Imobiliários	50
	Análise Financeira de Investimentos Imobiliários	50
	Economia e Mercado	67
	Fundamentos de Negócios Imobiliários	50
	Financiamento Habitacional	50
	Avaliação de Imóveis	67
	Contratos Imobiliários	67
	Operações Imobiliárias	50
	Administração de Condomínios	50
	Locação e Administração de Imóveis	50
	Direito e Legislação Imobiliária	67
Carga Horária - Formação Específica		618
Carga Horária - Disciplinas Optativas		
Saúde do Trabalho		33
Língua Brasileira de Sinais (Libras)		33
Carga Horária Total		1637

3.2. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores nos cursos superiores do IFPB estão regulamentados pela Resolução CNE/CES 22/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que convalidou a Resolução AR 79/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, e considerando dispositivos estabelecidos na Lei nº. 9394/96 (LDB).

O curso adota as seguintes modalidades de processo de aproveitamento de estudos:

- **Processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos:** estudantes do curso de Tecnologia ofertados pelo IFPB podem validar seus conhecimentos profissionais e educacionais

obtidos antes da sua matrícula. O reconhecimento será avaliado pela comissão definida pelo Colegiado de Curso, por meio da análise de documentos comprobatórios apresentados pelo estudante.

- **Processo de extraordinário aproveitamento nos estudos:** É assegurado ao estudante regularmente matriculado no curso o direito de solicitar o extraordinário aproveitamento nos estudos, que compreende competências e/ou habilidades referentes ao componente curricular requerido, seja pelas experiências acumuladas, seja pelo desempenho intelectual. O Colegiado de Curso fará avaliação por meio de memorial descritivo e análise de instrumentos avaliativos.
- **Processo de aproveitamento de componente curricular:** Para estudantes com graduação, que apresentem componente curricular cursado compatível em termos de ementa, carga horária, atualização do conteúdo e condições de oferta e desenvolvimento. Estudante deve apresentar histórico escolar emitido por Instituição de Ensino Superior (IES) reconhecida pelo MEC, assinado e carimbado ou com certificação digital, que comprove a frequência e a aprovação do estudante; e plano de Disciplina do componente curricular cursado, assinado e carimbado ou com certificação digital da IES, constando a ementa, conteúdos programáticos, carga horária teórica e/ou prática e referências bibliográficas básicas e complementares.
- **Processo de Equivalência de componentes curriculares:** A equivalência de componentes curriculares depende da correspondência dos planos de disciplina e da autorização dos NDEs. A matrícula em disciplinas equivalentes de cursos EaD só é permitida se houver previsão no PPC. O estudante que quiser solicitar a equivalência deve abrir processo na Coordenação de Curso no início do semestre letivo.

3.3. Matriz Curricular

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários - Campus João Pessoa

1º Período					
Disciplinas	Teórica	EAD	Prática	Extensão	Total
Comunicação Organizacional	45h			5h	50h
Fundamentos da Administração	60h			7h	67h
Fundamentos da Construção Civil	45h			5h	50h
Fundamentos de Negócios Imobiliários	45h			5h	50h
Inglês Instrumental aplicado a Negócios	45h			5h	50h
Introdução ao Direito Público e Privado	60h			7h	67h
Informática Básica	10h		35h	5h	50h
Práticas Curriculares de Extensão				33h	33h
Subtotal	310h		35h	72h	417h

2º Período					
Disciplinas	Teórica	EAD	Prática	Extensão	Total
Direito e Legislação Imobiliária	60h			7h	67h
Fundamentos da Arquitetura	45h			5h	50h
Legislação Social	60h			7h	67h
Matemática Financeira	60h			7h	67h
Economia e Mercado	60h			7h	67h
Psicologia do Trabalho	45h			5h	50h
Planejamento Urbano	45h			5h	50h
Subtotal	375h		35h	43h	418h

3º Período					
Disciplinas	Teórica	EAD	Prática	Extensão	Total
Contabilidade Geral	60h			7h	67
Contratos Imobiliários	60h			7h	67
Administração em Marketing	30h		30	7h	67
Operações Imobiliárias	45h			5h	50
Avaliação de Imóveis	60h			7h	67
Financiamento Habitacional	45h			5h	50
Tributos e Seguros Imobiliários	45h			5h	50
Subtotal	345h		30h	43h	418

4º Período					
Disciplinas	Teórica	EAD	Prática	Extensão	Total
Administração de Condomínios	45h			5h	50h
Administração de Pessoas	60h			7h	67h
Análise Financeira e de Investimentos Imobiliários	45h			5h	50h
Estratégias de Comercialização	30h		30h	7h	67h
Locação e Administração de Imóveis	45h			5h	50h
Empreendedorismo	35h		25h	7h	67h
Optativa	30h			3h	33h
Subtotal	290h		55h	39h	384h

QUADRO RESUMO		
Demonstrativo	CHT	(%)
Disciplinas Obrigatória	1407h	86%
Disciplinas Optativas	33h	2%
Estágio Supervisionado	-	-
Curricularização da Extensão	197h	12%
Atividades Complementares	-	-
Prática Pedagógica (se for o caso)	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso (se for o caso)	-	-
Carga Horária Total do Curso	1637h	100%

Figura 3 - Fluxograma da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
 CAMPUS JOÃO PESSOA
 COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

Fluxograma da Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia

1º semestre		2º semestre		3º semestre		4º semestre	
1.1 50	Comunicação Organizacional	2.1 67	Direito e Legislação Imobiliária	3.1 67	Contabilidade Geral	4.1 50	Administração de Condomínios
1.2 67	Fundamentos de Administração	2.2 50	Fundamentos da Arquitetura	3.2 67	Contratos Imobiliários	1.6 67	Administração de Pessoas
1.3 50	Fundamentos da Construção Civil	2.3 67	Legislação Social	3.3 67	Administração em Marketing	4.3 50	Análise de Investimentos Imobiliários
1.4 50	Fundamentos de Negócios Imobiliários	2.4 67	Matemática Financeira	3.4 50	Operações Imobiliárias	4.4 67	Estratégias de Comercialização
1.5 50	Inglês Instrumental Aplicado para Negócios	2.5 67	Economia e Mercado	3.5 67	Avaliação de Imóveis	4.5 50	Locação e Administração de Imóveis
1.6 67	Introdução ao Direito Público e Privado	2.6 50	Psicologia do Trabalho	3.6 50	Financiamentos Habitacionais	4.6 67	Empreendedorismo
1.7 50	Informática Básica	2.7 50	Planejamento Urbano	3.7 50	Tributos e Seguros Imobiliários	4.7 33	Optativa
1.8 33	Práticas Curricularização de Extensão I						
C/H Semestral 417		C/H Semestral 418		C/H Semestral 418		C/H Semestral 384	

Carga Horária Mínima de Integralização (Incluído os 10% da curricularização da extensão): 1604+33=1637h/r

Período Mínimo de Integralização: 4 períodos

Carga Horária Optativa: 33 h/r (a carga horária optativa será computada quando obrigatória)

Observações:

- a) O TCC é facultativo (Resolução CNE/CES nº 239/2008);
- b) Estágio Curricular Supervisionado é facultativo (Resolução CNE/CES nº 239/2008);
- c) Atividades Complementares é facultativo (Resolução CNE/CES nº 239/2008);
- d) O discente deverá participar do ENADE de acordo com o Artigo 33-G da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e suas atualizações.

- Núcleo de Formação Básica
- Núcleo de Formação Específica
- Núcleo de Formação Profissional
- Optativas

N	Nome da Disciplina	P	N: Número da disciplina
C		P: Pré-requisito	C: Carga Horária

As disciplinas de *Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)* e *Saúde e Trabalho* são ofertadas como componentes optativos.

No caso de LIBRAS, A Normativa PRE/IFPB nº 02/2016 dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos cursos de formação de professores ofertados no âmbito do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Ela visa cumprir o disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil. A Normativa PRE/IFPB nº 02/2016 estabelece que a disciplina de LIBRAS deve ser ofertada em todos os cursos de

licenciatura do IFPB. A Normativa PRE/IFPB nº 02/2016 tem como objetivo promover a inclusão dos surdos na educação e na sociedade, valorizando sua língua e sua cultura. Ela também visa capacitar os futuros professores para atuarem com alunos surdos ou com deficiência auditiva nas escolas regulares ou especiais.

O curso conta com o suporte do IFPB Campus João Pessoa em seus núcleos de apoio ao ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à Acessibilidade Atitudinal e Pedagógica, em acordo com a Resolução CS/IFPB nº 38/2018, que disciplina as atribuições e as competências do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa no IFPB.

3.4. Metodologia

A metodologia e a organização didática do processo ensino-aprendizagem estão atreladas de forma harmônica à concepção do curso que aponta para a necessidade da formação de um Tecnólogo em Negócios Imobiliários que domine competências e habilidades que estejam alinhadas e adequadas aos aspectos do avanço tecnológico e, na mesma linha, a orientação contida no PDI do IFPB 2020-2024 para que o estudante formado pela instituição tenha presente em suas concepções a promoção do bem à sociedade, visando à transformação dos conhecimentos adquiridos em bens e serviços, atentando para as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico no qual está inserido, devendo disseminar a aplicação da ciência e tecnologia, interagindo com elas, de forma a questioná-la, entendendo o seu funcionamento.

Para dar conta da formação deste perfil profissional é adotada como essencial a prática pedagógica de elaboração de planos de ensino que estejam estruturados a partir de seleção e reconstrução de metodologias e conhecimentos que forme um Tecnólogo em Negócios Imobiliários numa perspectiva crítica em seu tempo. Para tanto, o ato de ensinar deve ter ancoradouro na utilização de metodologias dialógicas, inter transdisciplinares, alicerçadas em conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos que deverão estar relacionados às condições materiais da existência de natureza sócio, histórico e culturais produzidas até hoje pela humanidade.

Seguindo esta lógica, serão utilizadas as seguintes formas metodológicas:

- Aula expositiva;
- Aula expositiva dialogada;
- Resolução de exercícios;
- Aulas práticas em laboratório;
- Trabalho individual e em grupo;
- Visitas técnicas a empresas;
- Seminários;
- Palestras com profissionais das áreas profissionais que envolvem o curso;
- Pesquisas de campo;
- Estudo de textos;
- Mesas redondas e debates;
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Os procedimentos metodológicos adotados a partir desses fundamentos são auxiliados pela utilização de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), podendo-se utilizar como recursos didáticos:

- I. Fóruns de discussão contextualizados e demonstrando a dinâmica entre os aspectos teóricos e da prática organizacional;
- II. Chats com periodicidade definida pelos professores e tutores;
- III. Vídeo aulas, sendo toda a estrutura para utilização dessa tecnologia disponibilizada por unidades de Multimeios;
- IV. Questionários em diversas modalidades, incluindo múltipla escolha e questões dissertativas;
- V. Web conferência, permitindo interações similares aos encontro presenciais no AVA;
- VI. Outros recursos disponibilizados na Plataforma.

Ao compartilhar informações na plataforma, podem ser utilizados diversos recursos didáticos, como arquivos de apostila, estudos de caso, artigos científicos, slides de apresentação dos conteúdos, planilhas eletrônicas, filmes, entre outros. Também é possível o compartilhamento de páginas da Internet (URL), com vídeos de interesse da disciplina e vídeo aulas expositivas.

Nessa categoria de aulas expositivas, também são realizados encontros presenciais, nos quais os estudantes têm a oportunidade de esclarecer dúvidas pessoalmente com os docentes das disciplinas, além das contínuas interações na plataforma de AVA. Por meio dos fóruns, são realizadas discussões a respeito de temas, sempre de forma contextualizada e desenvolvendo a capacidade crítica dos estudantes, o que também pode ser realizado através dos chats, neste caso sendo maior a interação por ser instantânea ou síncrona.

3.4.1. Políticas Pedagógicas Institucionais

As políticas pedagógicas institucionais do IFPB estão definidas dentro do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), onde são definidos os valores e princípios norteadores, explicitadas as convicções ideológicas e deliberadas as metas a serem alcançadas. As políticas de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) pautam-se pela busca da excelência do ensino, melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, numa gestão democrática.

A partir desta concepção, o IFPB tem, dentro das Políticas de Ensino, os seguintes princípios básicos (PDI 2020-2024):

- a) ampliação do acesso e permanência, com êxito, à Escola Pública;
- b) constituir-se como um centro de referência para a irradiação dos conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito de sua abrangência;
- c) implementação de novas concepções pedagógicas e metodologias de ensino, no sentido de promover a Educação Continuada e a Educação a Distância;
- d) capacitação de seus servidores docentes e técnico-administrativos;
- e) indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- f) avaliação e acompanhamento das atividades de ensino;
- g) integração entre os campi e com outras Instituições de Ensino;
- h) parcerias com o mundo produtivo e com setores da sociedade;
- i) articulação permanente com os egressos dos cursos;
- j) observância às políticas de ações afirmativas;

- k) respeito à diversidade cultural e o atendimento aos princípios de inclusão social e educativa;
- l) preocupação com o desenvolvimento sustentável;
- m) formação do ser humano em todas as suas dimensões.

Desta forma, o IFPB busca a formação de um indivíduo mais crítico e consciente na construção da história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazendo uso da crítica e da reflexão sobre a utilização de forma mais precisa e humana, conhecendo a tecnologia, sua relação com a ciência, o binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais.

3.4.2. Visitas técnicas

O PDI 2020 – 2024, no item 3.3.2.2., define as visitas técnicas como a atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover uma maior interação dos estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com a sociedade. As visitas técnicas devem priorizar o princípio da interdisciplinaridade em seu planejamento para que o aluno compreenda como as diversas áreas do curso são indissociavelmente relacionadas.

De acordo com a Resolução nº 60-CS, de 20 de março de 2017, as atividades de campo são aquelas designadas como atividades didático-pedagógicas de natureza prática envolvendo ensino, pesquisa e extensão, mas que exijam deslocamento presencial a fim de serem exploradas nos componentes curriculares, projetos de extensão e atividades relacionadas a pesquisas.

As visitas técnicas são abordadas como método de ensino que tem por objetivo aproximar o estudante das reais condições do mercado de trabalho com visitas “*in loco*” a locais de trabalho concernentes à sua formação. Nesse sentido, o Curso de Negócios Imobiliários oferece visitas técnicas a organizações privadas e públicas situadas na Paraíba e nos estados circunvizinhos.

3.4.3. Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão constitui-se no processo de incorporação de ações extensionistas nos cursos de graduação, para o exercício da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, bem como a consolidação da extensão no processo de formação de nossos discentes.

A extensão é um espaço de realização de ações propulsoras de transformações, podendo ser vista, também, como o ambiente de atividades e projetos que faz a interação ensino e pesquisa com a participação da sociedade.

É importante reafirmar que o princípio fundamental e orientador da Extensão Universitária é a indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, previsto no Art. 207, caput, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), estabelecida na Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais. A referida Lei fortaleceu o papel da extensão, reafirmando a sua função social e articuladora entre o saber constituído e a sociedade.

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, (artigo 43, inciso VII), que define a Extensão como parte obrigatória da formação do estudante e deve constar do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação como componente curricular, regulamentada pela Lei nº 13.005/2014 que criou o PNE (2020 – 2024) e Resolução CNE/CES nº 7/2018, (18 de dezembro de 2018).

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 define a extensão como “atividade que se integra à matriz curricular, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção (a pesquisa) e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino”.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 25 de junho de 2014, (2014 – 2024), (Meta 12, estratégia 12.7), determina que pelo menos 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação sejam vinculados a programas e projetos, voltados às áreas de “grande pertinência social”. Vale destacar que isso

não implica no acréscimo da carga horária dos cursos, todavia no protagonismo estudantil nas interações com a comunidade externa, aumentando possibilidades de atuação da pesquisa e o fortalecimento do ensino.

A curricularização da extensão no IFPB alinha-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020-2024), que institui a sua Política de Extensão e Cultura (p.145). Um outra normativa é a Resolução AR nº 84/2021 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 15 de outubro de 2021, convalidada pela Resolução CNE/CES 34/2022 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, que dispõe sobre as Diretrizes para a curricularização da extensão, no âmbito do IFPB para subsidiar seu processo de implementação e a Resolução nº 96/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, aprovada em 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre aprovação da Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

De acordo com essa Política,

“o objetivo da Extensão no IFPB é desenvolver ações que integram o saber acadêmico e o popular, em um processo dialógico de compartilhamento de experiências transformadoras, para o atendimento de demandas da comunidade externa, contribuindo para a promoção e universalização dos direitos sociais e com vistas ao desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural dos territórios”.

A Resolução CS/IFPB 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB convalida a Resolução AR 84/2021 do Consuper que dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do IFPB, definindo a curricularização da extensão como o processo de integração entre ensino, pesquisa e extensão nos projetos pedagógicos dos cursos do IFPB. A resolução estabelece os princípios, as finalidades, os objetivos, as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a curricularização da extensão no IFPB. Com base na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e na Resolução AR nº 96/2021 do CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB – as ações curriculares extensionistas no Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários serão implementadas no seguinte formato: por meio da inserção atividades de extensão como parte da carga horária em Componentes Curriculares Não Específicos de Extensão (CCNEE) e da definição de Componentes Curriculares

Específicos de Extensão (CCEE) como parte da matriz curricular do curso. Desta maneira as atividades de extensão se integrarão às metodologias já consolidadas no curso, possibilitando o diálogo da instituição com a comunidade externa para que os estudantes se apropriem da realidade e desenvolvam projetos de extensão aplicados à proposição de soluções para problemas da comunidade envolvida, articulando teoria e prática.

No processo de implementação da curricularização da extensão, a interação dialógica com a comunidade é fundamental, de modo que tanto as instituições de ensino superior, como a comunidade parceira possam expressar seus anseios e necessidades e se beneficiar dessa relação educativa.

Para a caracterização como ação de extensão em Componentes Curriculares Não Específicos de Extensão (CCNEE) e em Componentes Curriculares Específicos de Extensão (CCEE) o eixo pedagógico assume nova configuração, que passa a ser “estudante – professor – comunidade”, ou seja, o estudante deve assumir o protagonismo em todas as etapas de organização e desenvolvimento das ações de extensão. Os estudantes serão acompanhados por professores/as que assumem o papel de orientadores, sejam eles titulares ou não do componente curricular. Já que no acompanhamento e orientação dos projetos de extensão vinculados aos CCNEE e aos CCEE, o professor titular poderá ter a colaboração de professores/as e técnicos/as administrativos voluntários.

As ações extensionistas que comporão os CCNEE e os CCEE podem ser integradas à programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, grupos de pesquisas e núcleos de extensão institucionalizados ou outros ambientes demandantes. Estas devem envolver a participação de professores/as, técnicos/as em educação, estudantes e demais setores da sociedade (denominados como parceiros sociais).

No que se refere às parcerias entre os cursos superiores do IFPB e a sociedade, serão formalizadas a partir de levantamento de contextos locais, com vistas ao alinhamento das propostas com demandas da comunidade. Para esta finalidade a Política de Extensão e Cultura do IFPB prevê a realização dos Fóruns de Extensão e de Cultura que se constituem em fóruns sociais consultivos que tem como objetivo *“consolidar um espaço dialógico, para dar visibilidade às demandas*

sociais do território onde está localizado o campus, e promover a interação dessas demandas com as diferentes áreas de conhecimento em que atua a comunidade acadêmica” (Resolução nº 96/2021 CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB). Com vistas ao fortalecimento destas parcerias sociais também merece destaque o incentivo a continuidade de projetos e programas já em desenvolvimento.

Na curricularização da extensão, deve-se utilizar metodologias participativas que priorizem o diálogo, a participação de estudantes, professores/as e técnicos/as em educação e da comunidade, a partir da troca e produção de novos saberes alicerçados e realimentados na interação com a realidade social.

A temática da curricularização é desafiadora e o trabalho integrado entre professores do curso é um caminho para a integração entre conteúdos teóricos e práticos. A extensão, assim realizada, certamente contribuirá a uma maior abertura do Instituto à sociedade e desta ao Instituto, numa completa sintonia entre os processos de ensinar e de aprender, em que o diálogo está em primeiro lugar, conforme orienta Paulo Freire. Um ambiente em que se aprende e se ensina ao mesmo tempo.

No Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários a extensão está distribuída em componentes não específicos de extensão e em um componente específico de extensão (chamado de Práticas Curriculares de Extensão I), ofertado no primeiro período de curso, com 33h, sendo componente de natureza prático-teórica, com o objetivo de apresentar a extensão universitária aos estudantes, em acordo com o Art. 26 da Resolução CS/IFPB 34/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB. A carga horária de extensão restante virá das demais disciplinas do curso, que destina 10% da sua carga horária para a execução das ações de extensão. Assim, compreendendo um total de 197 horas em atividades de extensão.

As atividades de extensão acontecerão durante as duas últimas semanas de cada semestre letivo, onde estudantes, professores e comunidade externa planejarão e executarão uma semana de ações de extensão que podem envolver prestações de serviços, palestras, workshops, rodadas de conversas com empresários e outros profissionais, com o objetivo de fomentar o relacionamento

entre a instituição e os principais agentes do mercado imobiliário local (Conselho Regional de Corretores de Imóveis, corretoras, administradoras de condomínios, instituições financeiras e outros), além de fortalecer o conhecimento a partir da troca de saberes entre os envolvidos.

Estas atividades de extensão a serem desenvolvidas durante as últimas semanas do semestre letivo serão formalizadas por meio do programa de extensão do curso. Três projetos (para o segundo, terceiro e quarto períodos letivos) serão registrados semestralmente no sistema SUAPEdu no atendimento às demandas de parcerias sociais formalizadas durante aquele período, e estarão vinculados ao programa de extensão do curso. Cada projeto deverá produzir ações de extensão que se relacionem às disciplinas cursadas durante aquele período letivo. A caracterização destes projetos será detalhada nos planos de disciplinas que serão vinculados aos diários de classe no SUAPEdu pelos docentes de cada componente curricular.

O acompanhamento do desenvolvimento das atividades do Programa de Extensão de Negócios Imobiliários durante o semestre letivo será realizada pelo Núcleo de Extensão do Curso de Negócios Imobiliários.

3.4.4. Atendimento às Legislações para Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais e Educação em Direitos Humanos

A Educação das Relações Étnico-raciais, Indígenas, Ambientais, Culturais, estão intrinsecamente vinculadas à Política em Direitos Humanos, consolidada através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2007. O PNEDH de 2007 enfatiza a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, no comportamento social, na produção de instrumentos, mecanismos internacionais de direitos humanos e na construção de uma base para os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos. Entretanto, há um descompasso entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos.

A realidade ainda registra violações de direitos humanos, civis e políticos, bem como na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais em todo o mundo: recrudescimento da violência, degradação da biosfera, generalização de conflitos, crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, etc.

O PNEDH (BRASIL 2007, p.21-22) identifica, dentre outros fenômenos observáveis no mundo, o incremento da sensibilidade e da consciência popular sobre os assuntos globais; um padrão mínimo de comportamento dos Estados com mecanismos de monitoramento, pressão e sanção; o empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis; e a reorganização da sociedade civil transnacional, com redes de ativistas e ações coletivas de defesa dos direitos humanos junto aos Estados e setores responsáveis pelas violações de direitos.

Nessa perspectiva, a Educação há de incorporar os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, cujo processo de construção requer a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, com a condição de sujeito de direitos, capaz de exercer o controle democrático das ações do Estado (BRASIL 2007, p. 21).

Nesse contexto, o PNEDH (BRASIL 2007, p. 25) define a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões e conhecimentos historicamente construídos; valores, atitudes e práticas sociais em direitos humanos; consciência cidadã (democrática, ativa e planetária); processos metodológicos de construção coletiva; e práticas individuais e sociais em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

No tocante à Educação Superior, a condição de Estado Democrático de Direito cobra, principalmente, das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas a participação na construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, relacionando de diferentes formas as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas (Brasil 2007, p.37).

Estas Instituições são convocadas a introduzirem a temática dos direitos humanos nas atividades do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de iniciativas de caráter cultural, em face do atual contexto que coloca em risco permanente a vigência dos direitos humanos.

De acordo inclusive com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005 apud BRASIL 2007), é proposto para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

Para o ensino, a inclusão da educação em direitos humanos por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros. Para a pesquisa, a instituição de políticas que incluam o tema dos direitos humanos como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

No caso da extensão, a inserção dos direitos humanos em programas e projetos de extensão, envolvendo atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

Quanto à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deve articular as diferentes áreas do conhecimento com setores de pesquisa e extensão, programas de graduação, de pós-graduação, dentre outros.

Nessa perspectiva, as atividades acadêmicas devem fomentar a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), Resolução CNE/CP no 1/2012, no que se refere aos fundamentos e orientações para inserção da temática na Educação Superior determinam, respectivamente, nos artigos 3º e 7º que:

- A EDH, com a finalidade de promover a mudança e a transformação social,

fundamenta-se nos princípios:

- (i) da dignidade humana;
- (ii) da igualdade de direitos;
- (iii) do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- (iv) da laicidade do Estado;
- (v) da democracia na educação;
- (vi) da transversalidade, vivência e globalidade; e
- (vii) da sustentabilidade socioambiental;

- A inserção dos conhecimentos da EDH poderá ocorrer:

- (i) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- (ii) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e
- (iii) de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade, dentre outras, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

De acordo com as proposições do PNEDH 2007 e das DCN específicas (Resolução CNE/CP no 1/2012), a Educação em Direitos Humanos, nos Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) superiores de tecnologia, englobando a educação das relações étnico-raciais, indígenas, ambientais e a esfera da proteção e defesa dos direitos humanos e de reparação das violações, poderá ser desenvolvida:

1. Na forma transversal, interdisciplinar, combinando transversalidade e disciplinaridade, ou ainda por meio do conteúdo específico de disciplinas já existentes no currículo escolar e/ou com a inclusão de disciplinas específicas: Educação Ambiental, Sustentabilidade e Educação em Direitos Humanos, facultadas para essa modalidade de curso;

2. Por meio de procedimentos didático-pedagógicos (seminários, fóruns, colóquios, palestras, etc.), além de construção de links com grupos de pesquisa e extensão no âmbito de cada curso, com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e com as atividades/ações/eventos científicos e culturais complementares.

Na Política Institucional em Direitos Humanos estão os Projetos de Capacitação docente e de equipes multiprofissionais estabelecidos em calendário escolar pela Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE) e Departamento de Articulação Pedagógica (DEPAP).

A Resolução CS/IFPB nº 146/2015 aprova as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos nos cursos de educação superior e educação profissional técnica de nível médio oferecidos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo promover a formação cidadã e o respeito à dignidade humana nos processos educativos. A resolução estabelece os princípios, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades para a implementação da educação em direitos humanos no IFPB.

O desenvolvimento da temática Educação das Relações Étnico-Raciais será continuamente reforçada na formação dos tecnólogos pelo NEABI que tem dentre seus objetivos: propor e promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais no âmbito da instituição e em suas relações com a sociedade, para o conhecimento e a valorização histórico e cultural das populações afrodescendentes e indígenas, promovendo a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito da diversidade.

No Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, o atendimento às legislações vigentes sobre as Relações Étnico-raciais, Afrodescendentes e Indígenas é considerado em sua matriz curricular como conteúdo do componente Introdução ao Direito Público e Privado, com carga horária de 67 horas.

Da mesma forma, a abordagem didático-pedagógica do tema que concerne à Educação em Direitos Humanos, no que tange a Resolução CNE/CP No 1/2012, é desenvolvida no âmbito dos conteúdos do componente curricular “Legislação Social”, com carga horária também de 67 horas.

A Resolução CS/IFPB nº 138/2015 aprova a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais do IFPB. A Política de Educação das Relações Étnico-Raciais tem como objetivo promover a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo e à discriminação na instituição ao estabelecer os princípios, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades para a implementação da política no IFPB. O IFPB conta com o Núcleo de Estudos

Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que foi instituído a partir da Resolução AR 17/2022 com o objetivo de promover ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais. O NEABI é formada por servidores, estudantes e membros da comunidade externa.

A Resolução No 132/2015 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba dispõe sobre a Política Ambiental da instituição. Em seu Art. 3º, é estabelecido que o IFPB deve promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Profissional e da Educação Superior poderá ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; e

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

A Nota Técnica DES/PRE nº 01/2016 orienta o cumprimento das Resoluções nº 132/2015-CS/IFPB. A Política Ambiental tem como objetivo promover a educação ambiental nos processos educativos do IFPB, de forma transversal, contínua e permanente. A nota técnica esclarece os procedimentos de integração da educação ambiental às disciplinas ou componentes curriculares, bem como os critérios de avaliação e monitoramento da política ambiental no IFPB.

Porém, desde a sua criação, em 2007, o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, tem inserido, em suas matrizes curriculares, as questões pertinentes à Educação Ambiental como conteúdo de componente curricular. Na sua atual organização curricular, este tema é atendido, transversalmente, nas disciplinas de Planejamento Urbano e Fundamentos de Arquitetura.

O CST em Negócios Imobiliários contempla a Ética Profissional como conteúdo das disciplinas de Psicologia do Trabalho e Fundamentos de Negócios Imobiliários.

3.4.5. Ações para evitar a retenção e a evasão

No intuito de minimizar o processo de evasão e retenção, o IFPB implementou, através da Resolução-CS nº 16, de 02 de agosto de 2018 a política de Assistência Estudantil no IFPB, articulada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, definida pelo Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010.

A PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De acordo com o Art. 2º, são objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Paraíba dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao estudante o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é norteada pelos seguintes princípios:

- I. educação como um bem público, gratuito e de qualidade;
- II. multidisciplinaridade das ações de Assistência Estudantil e respeito ao pluralismo de ideias
- III. assistência estudantil como direito social e dever político;
- IV. reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber - como valor ético central;
- V. compromisso com a qualidade dos serviços prestados;
- VI. fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;

- VII. empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;
- VIII. comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; e
- IX. promoção à saúde, esporte e lazer como direito social e dever político;
- X. posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade;
- XI. socialização, com a comunidade, do conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.

Em conformidade com os princípios estabelecidos, a Política de Assistência Estudantil do IFPB, tem por objetivos:

- I. fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. assegurar aos discentes com necessidades educativas específicas condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico;
- IV. promover programas de atenção aos estudantes com deficiência;
- V. ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido;
- VI. garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas;
- VII. promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VIII. promover programas e projetos que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, de gênero, geracionais e religiosas;
- IX. realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante;
- X. garantir a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, artístico-culturais, esportivos e político-estudantis;

- XI. incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos e científicos dos estudantes sobre arte e cultura;
- XII. estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil.

A Política de Assistência Estudantil do IFPB é operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Benefícios Socioassistenciais;
- II. Programa de Atenção à Saúde do Estudante;
- III. Programa de Moradia Estudantil;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- VI. Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- VII. Programa de Material Didático Pedagógico;
- VIII. Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer;
- IX. Programa de Apoio Pedagógico;
- X. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O IFPB oferece bolsas para o estudante da Instituição no campo da pesquisa científica e tecnológica, em programas como PIBIC, PIBITI, PIBIC/EM, PIBICT etc. Essas bolsas são financiadas com recursos orçamentários da própria instituição ou de órgãos de fomento, como CNPq. Há, ainda, a possibilidade do discente participar voluntariamente de programas de pesquisa.

Outra oportunidade do discente desenvolver suas habilidades e aptidões é por meio da participação em programas e linhas nas atividades de extensão da instituição, com bolsas ou voluntariamente.

No planejamento da matriz curricular do Curso de Tecnologia em Negócios Imobiliários foram levadas em consideração iniciativas para facilitar a adaptação do estudante recém-ingresso, com o objetivo de ampliar o seu interesse pelo curso, minimizar a repetência e a evasão. Para tanto, o estudante recém-ingresso, desde o primeiro período de disciplinas, tem contato com conteúdos específicos de sua área

profissional, desenvolvidos em componentes curriculares como Fundamentos de Negócios Imobiliários e Fundamentos da Construção Civil.

Além disso, a realização da Semana Acadêmica Semestral possibilita a troca de conhecimento e experiências entre todos os estudantes dos Cursos da UAG, de todos os períodos do curso, na medida em que são apresentados os trabalhos desenvolvidos nas disciplinas de enfoque prático.

Outras estratégias de apoio ao processo ensino-aprendizagem dizem respeito aos programas de Monitoria dos cursos de graduação, que contemplam estudantes que possuam habilidades específicas. O Programa de Monitoria no âmbito do IFPB é regulamentado pela Resolução AR 38/2022 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 12 de setembro de 2022, e afirma que o objetivo principal da monitoria é uma ação formativa de ensino com o objetivo de oportunizar atividades formativas de ensino, estimar a participação do monitor nas atividades de ensino com o objetivo de minimizar problemas de retenção, evasão e falta de motivação; auxiliar docentes com dificuldades de aprendizagem; contribuir com o uso de ferramentas de inovação e metodologias emergentes; oferecer ao monitor a vivência da prática docente; colaborar com a proposta de novas metodologias de ensino; aperfeiçoar o itinerário formativo do estudante e estimar a busca por novos conhecimentos. De acordo com a Resolução AR 38/2022, a monitoria pode ser classificada como voluntária, quando não é remunerada, e remunerada.

A Resolução-CS Nº 24, de 30 de Abril de 2019, trata do Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPB. No seu plano de ação, ele identifica a precária formação escolar anterior à entrada no IFPB como um dos fatores para a baixa retenção e elevada evasão. Entre as estratégias de intervenção utilizadas está a oferta de cursos de nivelamento e formulação de Estudos dirigidos.

O Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAPA) é uma iniciativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), instituída pela Resolução CONSUPER/IFPB AR nº 27/2022, de 08 de julho de 2022, que visa melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes dos cursos superiores ofertados pela instituição, e consiste na aplicação de instrumentos diagnósticos para identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes em áreas básicas como língua portuguesa, matemática e informática, e

na oferta de atividades complementares para nivelar e aprimorar os conhecimentos nessas áreas.

O PRONAPA é uma política importante para reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes que ingressam no IFPB, provenientes de diferentes contextos socioeconômicos e culturais. Além disso, o programa contribui para o desenvolvimento das competências necessárias para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes.

3.4.6. Acessibilidade atitudinal e pedagógica metodológica

As políticas de acessibilidade atitudinal e pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba IFPB estão definidas na Resolução nº 240/2015 emitida pelo Conselho Superior da instituição. Este documento institucional prevê em cada Campus o funcionamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), como setor responsável pela educação especial, dotando-o de recursos humanos e materiais que viabilizem e dêem sustentação ao processo de educação inclusiva. Este núcleo é regido por regulamento específico, definido pela Resolução no 139/2015 do Conselho Superior do IFPB. As principais ações que visam à plena inclusão de todos nas atividades acadêmicas incluem, dentre outras:

- Promoção de formação/capacitação aos professores para atuarem nas salas comuns que tenham alunos com necessidades especiais;
- Promoção de formação de profissionais especializados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e docentes, para atendimento educacional especializado (AEE) aos discentes com deficiência;
- Garantia de inserção, nos currículos das Licenciaturas, a disciplina Libras em caráter obrigatório, ministrada preferencialmente por um surdo, e nos demais cursos como disciplina optativa;
- Prorrogação do tempo máximo para integralização dos cursos, não excedendo o limite de 50%;
- Garantia de inserção de discussões e práticas inclusivas nos planos pedagógicos dos cursos (PPC);

- Garantia de que todos os editais, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, tenham reserva de 10% de suas vagas para projetos com foco em políticas inclusivas, afirmativas, de gênero e/ou sustentabilidade social;
- Garantia de que as temáticas referentes à cultura afro-brasileira e indígena perpassam transversalmente os cursos da educação básica, especialmente nas disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

Essas políticas proporcionam aos docentes, apoiados pelos setores pedagógicos e de inclusão, deverão, sempre que necessário, flexibilizar e adaptar o currículo, considerando o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, além de desenvolver metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos discentes, ampliando o tempo de realização das avaliações.

Consideram, ainda, que os docentes devem realizar atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspectos curriculares aos discentes com altas habilidades, de forma que sejam desenvolvidas suas potencialidades, permitindo a esses discentes concluir em menor tempo a educação básica.

As ações do Curso Superior em Negócios Imobiliários estão alinhadas com a inclusão em todas as dimensões, por exemplo, no que tange à acessibilidade metodológica, cujo objetivo é disponibilizar a ausência ou supressão de barreiras em seus métodos pedagógicos e técnicas de estudos, que se relacionam diretamente à concepção subjacente à atuação docente, quanto à forma como concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional, que poderá determinar a remoção dessas barreiras. Tais ações devem ser articuladas junto aos diversos setores responsáveis pela política de permanência e êxito dos discentes, como os Departamentos de Articulação Pedagógica, de Apoio ao Estudante, entre outros. Nesse sentido, o PPC do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários contempla ações que buscam promover acessibilidade metodológica, tais como, adaptações no PPC, nos planos de ensino e nas avaliações, bem como diversificação curricular, flexibilização do tempo e recursos para viabilizar a aprendizagem.

3.4.7. Estratégias Pedagógicas

O bom ensino, na concepção de Palmer (1990), não advém do uso de técnicas fixas, mas essencialmente da integridade dos educadores, a qual conduz a métodos que, desse modo, não se constituem como fins em si mesmos. Essa concepção contribui para que seja cada vez mais questionado o reducionismo inerente à função de ensinar, a qual tem sido caracterizada pela imposição de modelos supostamente superiores.

A busca contínua pela melhoria do ensino tem levado a uma reflexão no que diz respeito à reconhecida necessidade de se promover uma reforma pedagógica, sendo proposta a criação de um espaço no qual os alunos sejam incentivados ao debate de questões relevantes na comunidade, expressando suas opiniões e ouvindo os outros.

Tradicionalmente a atividade de docência tem sido considerada como meramente levar os alunos à memorização do conteúdo transmitido, não existindo, dessa maneira, educação propriamente dita. Em decorrência disso, as pessoas são obrigadas a absorver os fatos repassados sem serem levadas a reflexões críticas acerca do que está sendo tratado.

Tendo como propósito a formação de profissionais com perfil simultaneamente generalista e especialista, o curso de Negócios Imobiliários apresenta metodologia a partir da integração entre ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, esse curso permite que o egresso tenha capacidade de abstração das rotinas de trabalho de uma maneira a contribuir para a aplicação de novos modelos, identificados por meio de pesquisas acadêmicas e de mercado, envolvendo a sociedade por meio das atividades de extensão.

3.4.8. Estratégias de Apoio ao Ensino-Aprendizagem

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394/96) estabelece como princípio: a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Com o objetivo de uma permanência com êxito, o Instituto Federal da

Paraíba se empenha para desenvolver uma prática pedagógica, cujo foco é o atendimento às necessidades e características de estudantes oriundos das mais diversas realidades, proporcionando apoio psicopedagógico institucionalizado.

Desta forma, busca-se a excelência na educação considerando a integralidade dos estudantes e envolvimento com suas diversidades culturais e cognitivas, lidando com cada estudante em sua individualidade e favorecendo ou promovendo o seu aprendizado de forma contextualizada.

Entendendo que o apoio psicopedagógico é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, o IFPB, por meio da Resolução no 139/2015 do Conselho Superior, regulamentou o núcleo responsável pelo atendimento às pessoas com necessidades específicas. Trata-se da Coordenação de Assistência a Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE).

A COAPNE foi criada na observância da Constituição Federal de 1988, especificamente em seu Art. 208, inciso III, que assegura “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, e da Lei 13.146/2015, Art. 28, incisos I, II, III, XI, XII, XIII, XV, segundo a qual incumbe ao poder público garantir um sistema educacional inclusivo, atendimento especializado, ensino de Libras, acessibilidade, entre outros aspectos que assegurem a igualdade nas instituições de ensino.

As atividades de apoio psicopedagógico são desenvolvidas para acompanhamento de alunos especiais (com deficiência física, motora ou cognitiva comprovada) e desenvolvimento cognitivo de todos os que buscarem apoio no âmbito comportamental.

Para essa finalidade são designados cuidadores, letores, tradutores, intérpretes de libras, transcritores em Braille, alfabetizadores de jovens e adultos, entre outros profissionais especializados.

Garante-se, por meio da COAPNE, o direito ao atendimento de estudantes que apresentem sintomas de Transtorno de Espectro Autista – TEA, conforme disposto na Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Esta Lei é regulamentada pelo Decreto no 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Consta do Art. 1º deste Decreto que a pessoa com é considerada deficiente, para todos os efeitos legais.

O Art. 4º do mesmo Decreto orienta que é dever do Estado, da comunidade escolar, entre outras entidades, garantir o direito à educação em sistema

educacional inclusivo, assegurando a transversalidade da educação desde a infantil até a superior.

No que concerne às estratégias de apoio ao processo ensino-aprendizagem voltadas às pessoas com deficiência, o IFPB, em observância à legislação específica, consolida sua política, assegurando-lhes o pleno direito à educação para todos com efetivas ações pedagógicas visando à redução das diferenças e a eficácia da aprendizagem. Neste sentido, importante política de apoio psicopedagógico são as Ações Inclusivas, que têm por princípios e atribuições a elaboração, articulação e promoção de ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos. Também se destaca a elaboração de Cartilha Institucional sobre o espectro autista (IFPB, 2017) intitulada “Conhecendo o transtorno do espectro autista³”.

Com este proceder, o IFPB assume como compromisso essencial a igualdade de direitos e o acesso à educação para todos, atendendo à diversidade total das necessidades dos alunos, empreendendo ações voltadas para promover o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais específicas em seu espaço acadêmico.

No Campus João Pessoa, onde é ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, como na maioria dos campi do IFPB, está instalado o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), atuando no apoio e atendimento a alunos, contando com tradutores e intérpretes de Libras, transcritores de Braille, cuidadores, leitores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos contratados, além de servidores efetivos do quadro de pessoal da instituição.

3.5. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é o órgão deliberativo primário e de assessoramento acadêmico, com composição, competências e funcionamento definido pela 141/2015-CS, de 02 de outubro de 2015. O atual mandato do Colegiado do CSTNI

³ Pode ser obtido em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/documentos-normativos/arquivos/cartilha-espectro-autista.pdf>
[W](#)

possui a composição atual designada pela Portaria 371/2021, de 22 de NOVEMBRO de 2021, conforme apresentado no quadro 3.

O Colegiado de Curso tem várias funções e responsabilidades na gestão e administração do curso. Primeiramente, ele é responsável por definir a concepção e objetivos do curso e o perfil profissional desejado. Além disso, o Colegiado de Curso tem a responsabilidade de acompanhar a execução didático-pedagógica do PPC. O Colegiado pode ainda propor alterações na estrutura do currículo e elaborar o Planejamento Acadêmico do Curso.

Outras atribuições incluem: aprovar planos de ensino por disciplina, decidir sobre aproveitamento de estudos e dispensa de disciplina, propor a constituição de bancas examinadoras especiais, elaborar propostas de estágio supervisionado, indicar docentes para comissões especiais, emitir parecer sobre integralização curricular e projetos de pesquisa, entre outras tarefas. Por fim, o Colegiado pode propor à diretoria de Ensino do campus a oferta de turmas, aumento ou redução do número de vagas ofertadas (em consonância com o PDI) e acompanhar, e apoiar, os processos de avaliação de curso, fornecendo as informações necessárias.

Quadro 3 - Composição do Colegiado de Curso do CST em Negócios Imobiliários - Portaria 371/2021

NOME	REPRESENTAÇÃO
Robson Oliveira Lima	Presidente
Annuska Macedo Santos de Franca Paiva	Docente
Felipe Flávio Bezerra Rocha	Docente
Herbert José Cavalcanti de Souza	Docente
Gilvan Medeiros de Santana Junior	Docente
Giorgione Mendes Ribeiro Júnior	Docente
Rosana de Oliveira Sá	Docente Externo Titular
Jael Pereira da Silva Rocha	Docente Externo
Anna Thereza Patrício Beuttenmuller Bezerra	Técnica em Assuntos Educacionais
Sidny Janaina Pedrosa	Técnica em Assuntos Educacionais
Carlos Wendell Pedrosa dos Santos	Pedagogo Suplente

Bruna Gabriela de Souza	Representante Discente Titular
Joelson Isidro da Silva	Representante Discente Suplente

3.6. Núcleo Docente Estruturante

Com base na Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante é regulamentado pelo IFPB através da Resolução nº 143/2015-CS, de 2 de outubro de 2015.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de curso de graduação constitui-se de grupo de docente, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do plano pedagógico do curso. É o órgão consultivo responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e atualização periódica do Plano Pedagógico dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

O NDE se reunirá, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, uma 1 (um) vez a cada 2 (dois) meses ou de acordo com o calendário acadêmico, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de um terço dos seus membros.

O CST em Negócios Imobiliários possui a composição atual do Núcleo Docente Estruturante designada pela Portaria nº 372/2021, de 22 de Novembro de 2021, de acordo com o quadro 4.

Quadro 4 - Composição do Núcleo Docente Estruturante do CST em Negócios Imobiliários

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Robson Oliveira Lima (Presidente)	Doutor	DE
Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia	Doutora	DE
Felipe Flavio Bezerra Rocha	Mestre	DE
Herbert José Cavalcanti de Souza	Mestre	DE
Roberto Salgado Beato	Mestre	20H

3.7. Coordenação do Curso

De acordo com o Art. 166 do Regimento Geral do IFPB, a Coordenação de Curso deve planejar, acompanhar e avaliar os objetivos e estratégias educacionais do curso. A Coordenação de Curso tem várias competências e atribuições, entre elas: elaborar um plano de trabalho anual; avaliar os cursos regulares; elaborar projetos de modificações ou extinção do curso; coordenar e supervisionar os projetos de ensino do curso; acompanhar as avaliações dos professores; estimular a atualização didática e científica dos professores; orientar os professores nas atividades acadêmicas; realizar ajustes de matrículas; apoiar atividades científico-culturais dos alunos; avaliar os professores do curso e ser avaliados por eles e pelos concludentes; avaliar e propor soluções para situações conflitantes entre professores e alunos; realizar as avaliações exigidas pelos órgãos externos.

Assim, a Coordenação tem seus trabalhos voltados à organização e gerenciamento das atividades necessárias ao funcionamento do curso, prestando apoio ao corpo docente, atuando também como agente articulador entre as áreas administrativas da instituição e o Curso de Negócios Imobiliários. A coordenação preside reuniões com os professores, na qual são discutidos assuntos diversos, bem como são feitos os encaminhamentos de ações visando a melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A coordenação também atua junto ao corpo discente, identificando as expectativas e ouvindo sugestões destes, buscando promover um bom relacionamento entre professores e estudantes.

A Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios (UAG) designa a Coordenação do CST em Negócios Imobiliários, além dos professores que atuam como responsáveis pelas disciplinas ofertadas. São competências e atribuições da Coordenação de Curso, de acordo com o Art. 166 do Regimento Geral do IFPB:

- I. Planejar, organizar, liderar e controlar as atividades acadêmicas do curso, em consonância com as do IFPB e da UAG;
- II. Buscar capacitação e atualização administrativa e pedagógica, tanto em eventos promovidos pelo IFPB como externamente;
- III. Proporcionar essa capacitação aos professores que atuam no curso;

- IV. Elaborar métodos de avaliação do curso e de seus estudantes junto aos professores;
- V. Conceber os critérios para o processo seletivo do curso em conjunto com a Chefia da UAG;
- VI. Acompanhar o registro acadêmico e a integralização curricular dos estudantes matriculados no curso.

3.7.1. Dados do Coordenador de Curso

Quadro 5 - Dados do Coordenador de Curso do CST em Negócios Imobiliários

Nome Completo	Função	Titulação	Área de Formação
Robson Oliveira Lima	Coordenador de Curso	Doutor	Economia

O Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, professor Robson Oliveira Lima, matrícula 2085213, é formado em Economia, com doutorado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. É o responsável pela gestão acadêmica do curso, pois proporciona a administração das potencialidades do curso e favorece a integração e a melhoria contínua do curso, pela articulação entre docentes e discentes. Com suas atribuições definidas no Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância (Resolução ad referendum nº 31/2016) e no Plano Pedagógico do Curso, o coordenador é o responsável pela organização acadêmica do curso e propõe, juntamente ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso, presidindo-os.

A atuação do coordenador do curso junto aos professores e aos demais sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (técnicos administrativos, discentes, apoio psicopedagógico e em acessibilidade, secretaria, etc.) será imprescindível para o curso atingir os seus objetivos. O Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários possui regime de trabalho integral na Instituição, com dedicação exclusiva, em que são reservadas até 24 horas semanais para as atividades da Coordenação do Curso.

Sua gestão do curso é planejada considerando os Relatórios de Auto Avaliação Institucional e os resultados das Avaliações Externas (Processos de Reconhecimento e de Renovação de Reconhecimento) como insumos para

aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do curso. Na gestão do curso ocorre efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes.

O Plano de Ação da Coordenação do Curso Superior de Negócios Imobiliários do IFPB – Campus João Pessoa, apresenta as propostas de atividades a serem desenvolvidas pela Coordenação do Curso no semestre em curso, na forma de garantir o atendimento às demandas existentes e a sua plena atuação de gestão acadêmica junto aos docentes, discentes e técnicos administrativos no âmbito do curso. O plano está disponível no Portal do Estudante para que toda a comunidade acadêmica possa acessá-lo.

do coordenador para o atendimento das demandas de gestão do curso e informando as principais características do Plano de Trabalho da Coordenação e sua forma de publicização.

3.8.Prática Profissional

A prática profissional pode compreender atividades como ambientes especiais, laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas e outros (Parecer CNE/CEB Nº: 20/2012, de 08 de novembro de 2012). Assim, a prática profissional é um procedimento didático-pedagógico que compreende atividades de aprendizagem profissional, permitindo aos estudantes relacionar teoria e prática.

A Resolução CNE/CP nº 1, de janeiro de 2021 no seu capítulo X trata da prática profissional supervisionada e do estágio profissional supervisionado na Educação Profissional e Tecnológica. Ele define que a prática profissional supervisionada deve estar relacionada aos fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos do curso e devem possibilitar ao educando se preparar para a aprendizagem permanente, podendo ser desenvolvida em diferentes situações e ambientes de vivência profissional, aprendizagem e trabalho.

É importante destacar que atividades de prática profissional se diferem das de estágio profissional supervisionado (Lei nº 11.788/2008). De acordo com o Parecer CNE/CEB Nº 20/2012, às atividades de vivência e prática profissional são consideradas de natureza educacional sem risco de ações trabalhistas, desde que sejam supervisionadas em ambientes de trabalho de organizações parceiras de instituições de ensino que ofereçam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, cujos planos de curso e projetos político-pedagógicos contemplem claramente essa estratégia de ensino e aprendizagem. Estas práticas profissionais, previstas no currículo do curso, devem estar sempre relacionadas aos conceitos científicos e tecnológicos do curso em questão.

O curso propõe uma carga horária total de 1637 horas-relógio por meio de atividades de ensino que possibilitam uma articulação permanente entre a teoria e a prática, como visitas técnicas a empresas do setor imobiliário; mesas redondas com debates envolvendo profissionais da área; oficinas de práticas, como a oficinas de práticas cartoriais em negócios imobiliários; análise de contratos imobiliários reais dentro da disciplina de Contratos Imobiliários; a construção de plano de marketing inserida nas atividades da disciplina de Estratégias de Comercialização entre outras atividades que permitem a vivência da realidade profissional no curso.

3.9. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é facultativo para Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, baseado na Resolução CNE/CES no 239/2008.

Apesar do estágio não ter caráter de obrigatoriedade no curso, quando realizado, será conduzido conforme as orientações da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021 e da Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, englobando diferentes níveis e modalidades de ensino. Em seu Art. 1º e parágrafos, assim define:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos

finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1o O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2o O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

(BRASIL, 2008)

O discente poderá solicitar a inserção de até 100h em Estágio Curricular no seu Histórico Escolar sem necessidade de cômputo na carga horária mínima para integralização, de acordo com o disposto do Art. 1º, Parágrafo único, do Parecer CNE/CES no 8/2007.

No âmbito do IFPB, as normas de estágio⁴ regulamentam as atividades de estágio ao indicar as exigências para realização do estágio, que dependem dos instrumentos de termo de convênio e do termo de compromisso. Estabelece ainda que o estágio deve ser realizado em organização pública, privada ou do terceiro setor, que seja conveniada ao IFPB e que permita ao estudante vivenciar a experiência prática profissional, ou desenvolvimento sociocultural ou científico. No seu capítulo V informa que a Unidade Concedente de Estágio deve oferecer auxílio ao estagiário mediante pagamento de bolsa ou outra forma de contraprestação que seja acordada entre as partes, desde que respeitando a legislação vigente. Define ainda as competências da Coordenação de Estágio, da diretoria de administração e planejamento, da unidade concedente, do coordenador de curso, do professor da atividade de estágio, do professor orientador de estágio, do supervisor de estágio e do estudante estagiário.

3.10. Sistemas de Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação utilizados no processo de ensino e de aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, no sentido de criar situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva e que resultem em informações

⁴ Normas de estágio disponíveis em: <https://www.ifpb.edu.br/pre/assuntos/estagio/normas-do-estagio/normas-de-estagio-ifpb.pdf>

sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes. Tais informações das avaliações realizadas devem ser utilizadas como mecanismo que garanta sua natureza formativa, por meio de ações concretas que visem a melhoria da aprendizagem dos discentes.

Esses procedimentos estão de acordo com o Regulamento Didático para Cursos Superiores do IFPB, constante na Resolução Ad referendum nº 31/2016 convalidada pela Resolução Nº 54/2017 - CONSUPER/IFPB, que normatiza as avaliações do processo ensino-aprendizagem.

Conforme o Art. 33: “A avaliação deve ser compreendida como uma prática processual, diagnóstica, contínua e cumulativa da aprendizagem, de forma a garantir a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o redimensionamento da prática educativa”. Já o Art. 34 dispõe que: “A avaliação da aprendizagem, realizada ao longo do período letivo, ocorrerá por meio de instrumentos adequados, buscando detectar o grau de progresso do discente, realizado, em cada disciplina, compreendendo: I. Apuração de frequência às atividades didáticas; e, II. Avaliação do aproveitamento acadêmico”. Todos os resultados do processo de avaliação podem ser acompanhados pelos discentes nos sistemas de gerenciamento acadêmico utilizados pela instituição.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por meio de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do discente em processo de aquisição de conhecimento, expresso em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se os indicadores de conhecimento teórico e prático e de relacionamento interpessoal. Realizar-se-á por meio da promoção de situações de aprendizagem e utilização dos diversos instrumentos de verificação que favoreçam a identificação dos níveis de domínio de conhecimento/competências e o desenvolvimento do discente nas dimensões cognitivas, psicomotoras e atitudinais como também a análise de competências, do seu desempenho, como por exemplo: trabalhos práticos, estudos de caso, simulações, projetos, situações problema, relatórios, provas, pesquisa, debates, seminários entre outros.

O número de verificações de aprendizagem durante o semestre deverá ser no mínimo de:

- I. Duas (02) verificações para disciplinas com carga horária de até 50 (cinquenta) horas;

- II. Três (03) verificações para disciplinas com carga horária acima de 50 (cinquenta) horas.

O processo de avaliação é realizado de acordo com as seguintes condições:

- Considera-se como aprovado por média o (a) discente que obtiver Média Parcial (MP) igual ou superior a 70 (setenta), sem necessidade de realizar o exame final.
- Caso a MP seja menor que 70 (setenta) e maior ou igual a 40 (quarenta), deve ser realizado o exame final.
- O discente que obtiver MP inferior a 40 (quarenta) estará reprovado na disciplina, não estando apto nem mesmo à realização da prova final e devendo, portanto, repetir a disciplina no próximo semestre.
- A Nota Mínima (NM) que precisa ser obtida no exame final para aprovação é calculada a partir da expressão a seguir:

$$NM = \frac{500 - (MP \times 6)}{4}$$

- A Média Final (MF) é calculada a partir da seguinte expressão, sendo o critério estabelecido pelas Normas Didáticas mencionadas:

$$MF = \frac{6 \times MS + 4 \times AF}{10}$$

- Após realização da prova final, tem aprovação o(a) discente cuja média for igual ou superior a 50(cinquenta).

3.11. Tecnologias de Informação e Comunicação

O CST em Negócios Imobiliários utiliza alguns recursos de tecnologia de informação e de comunicação no seu processo de ensino-aprendizagem. O sistema acadêmico da instituição possibilita ao professor a inserção de material didático, apostilas e textos para o acesso dos discentes matriculados nas disciplinas, complementando, dessa forma, o conteúdo ministrado em sala de aula.

Esses ambientes eletrônicos também permitem aos discentes tirar dúvidas com o docente, numa dinâmica em espaço virtual, fora da sala de aula, complementando as ações do processo ensino-aprendizagem. É também, por meio destes sistemas, que os discentes respondem a questionários de avaliação do curso, realizado pela instituição.

Outro recurso disponível são os computadores das salas de aula e o Laboratório de Práticas Gerenciais, equipados com acesso à internet, que possibilitam ao docente utilizar mais essa ferramenta como auxiliar na sua metodologia de ensino e didática, apresentando, em tempo real, exemplos atuais sobre os assuntos trabalhados, acessando a rede mundial de computadores, possibilitando aulas interativas.

O CST em Negócios Imobiliários permite utilizar alguns recursos de tecnologia de informação e de comunicação no seu processo de ensino-aprendizagem, na modalidade semipresencial. Este processo de ensino-aprendizagem é facilitado por meio da Plataforma Moodle (ambiente virtual), disponibilizada pelo sistema acadêmico da instituição – SUAPEdu. Essa Plataforma também permite aos discentes tirar dúvidas com o docente, numa dinâmica em espaço virtual, fora da sala de aula, complementando as ações do processo ensino-aprendizagem, bem como a realização de fóruns virtuais, realização de estudos dirigidos e outros. É também, através deste sistema que os discentes respondem a questionários de avaliação do curso, realizados pela instituição.

4.INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO

O IFPB - Campus João Pessoa disponibiliza para o CST em Negócios Imobiliários, as instalações elencadas a seguir:

- Laboratórios de informática com softwares específicos;
- Biblioteca com espaço para estudo individual e em grupo;
- Salas de aula;
- Sala de professores;
- Sala de coordenação de curso.

4.1. Espaço Físico Existente

As instalações das salas de aula dispõem dos seguintes equipamentos: computadores, equipamentos e telas de projeção e som (projetores multimídia nas salas de aula e auditórios). O quadro 6 apresenta a descrição básica das salas de aulas às quais o CST em Negócios Imobiliários tem acesso.

Quadro 6 - Salas de Aulas do CST em Negócios Imobiliários

Item	Qte	Observações
Mesa para docente	1	Para viabilização das atividades acadêmicas
Cadeira para docente	1	Para viabilização das atividades acadêmicas.
Quadro branco	1	Tamanho mínimo: 4 m ² . Pincéis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projeto multimídia	2	Equipamento fixado no teto com caixa de proteção.
Aparelho de Som	1	Para viabilizar demonstrações de vídeos educativos.
Carteira	20-50	A quantidade de carteiras por sala varia de acordo com a sala disponível para a aula.
Computador	1	Com acesso a internet.

O IFPB, Campus João Pessoa, disponibilizará para o CST em Negócios Imobiliários, as instalações elencadas no quadro 7.

Quadro 7 - Espaço Físico à Disposição do CST em Negócios Imobiliários

TIPO DE ÁREA	Qtd.	ÁREA (m²)
Salas de aula	14	Variado
Sala de Coordenação	1	10
Auditórios/Anfiteatros	2	75
Salas de Professores	1	20
Áreas Administrativas	1	9
Conveniência/Praças	2	Pátios
Banheiros	20	
Conjunto Poliesportivo	1	
Laboratórios	7	
Biblioteca	1	800 m ²

4.2. Biblioteca

A Resolução nº 111 - CS, de 10 de abril de 2017 aprova o Regimento das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Ela estabelece os fundamentos legais, os objetivos, a estrutura organizacional, as competências, as normas de funcionamento e os serviços das bibliotecas do IFPB. Ela também define os direitos e deveres dos usuários das bibliotecas e as sanções em caso de descumprimento das normas.

De acordo com a Resolução nº 111 - CS, os objetivos das bibliotecas do IFPB são:

- Apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFPB;
- Promover o acesso e a disseminação da informação científica e tecnológica;
- Preservar e divulgar o patrimônio bibliográfico e documental do IFPB;
- Estimular a leitura e a formação de leitores críticos e criativos;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

No Campus João Pessoa, a Biblioteca Nilo Peçanha (BNP) tem como missão promover o acesso, a recuperação e a transferência de informação à comunidade acadêmica, visando contribuir para a sua formação profissional e humanística, colaborando para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da sociedade como um todo. Tem por objetivo apoiar efetivamente o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo IFPB - Campus João Pessoa contribuindo, assim, na formação intelectual, social e cultural de seus usuários de forma individual e/ou coletiva. No Campus de João Pessoa, a Biblioteca Nilo Peçanha procurou, ao longo dos anos, acompanhar as mudanças ocorridas na Instituição, ajustando-se a um público de discentes cada vez mais exigente e consciente de suas necessidades informacionais.

A BNP foi criada em 1968, mas, só em 1976, adquiriu sede própria, ocupando uma área de 400 m², sendo inaugurada em 3 de dezembro do referido ano. Em 1999, devido à transformação da Escola Técnica em CEFET-PB e à implantação dos cursos superiores, a biblioteca passou por uma grande reforma na sua estrutura física, ampliando seu espaço físico para 800 m². Com uma arquitetura de padrões modernos, instalações adequadas e ambientação favorável à execução de seus

objetivos, foi reinaugurada em 18 de dezembro de 2001. Em 29 de dezembro de 2008, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, não alterou o compromisso e os objetivos da Biblioteca Nilo Peçanha, mas, seguramente, influenciou as atividades realizadas no setor. Atualmente a biblioteca está subordinada ao Departamento de Apoio ao Ensino. A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 22h00min, compreendendo assim os três turnos do instituto, possibilitando uma maior flexibilidade quanto ao horário de estudos dos discentes.

A Biblioteca do IFPB, Campus João Pessoa, vem buscando otimizar os seus serviços e se configurar como um espaço propício à realização de trabalhos, pesquisas e estudos, além de um ambiente agradável às leituras, onde os usuários possam ter acesso aos mais diversos tipos de informação, nos diferentes suportes, que vai desde o mais tradicional (livro) até as mais modernas tecnologias de informação. Além disso, vem mantendo uma política de ampliação e atualização do acervo com novas aquisições.

Figura 4 - Entrada da Biblioteca Nilo Peçanha, IFPB - *Campus* João Pessoa



Ocupando uma área de 800 m², sua estrutura interna é formada pelos seguintes ambientes: Coordenação; Hall de exposições; Guarda-volumes; Processos técnicos; Coleções especiais e assistência aos usuários; Empréstimo; Biblioteca virtual; Sala multimídia; Cabines de estudo individual e/ou em grupo; Banheiros; Copa; Acervo geral; Salão de leitura; Organização e manutenção do acervo documental. A infraestrutura da Biblioteca Nilo Peçanha está detalhada no quadro 8.

Quadro 8 - Infraestrutura da Biblioteca Nilo Peçanha

INFRAESTRUTURA	Qte	ÁREA	CAPACIDADE	
Disponibilização do acervo	2	218m ²	(1)	35000
Leitura	1	196,98m ²	(2)	77
Estudo individual	1	12,34m ²	(2)	12
Estudo em grupo	1	6,62m ²	(2)	8
Sala de multimídia	1	26,00m ²	(2)	20
Administração e processamento técnico do acervo	2	32,43m ²		
Recepção e atendimento ao usuário	1	118,05m ²		
Outras: Banheiros	3	27,30m ²	-	5
Acesso à internet	1	25,50m ²	(3)	14
Acesso à base de dados	1	idem	(3)	idem
Consulta ao acervo	1	5,10m ²	(3)	2
Outras: Circulação vertical	1	31,40m ²		
TOTAL		707,13m ²		

Legenda: Qte se refere ao número de locais existentes; Área é a área total em m²; Capacidade: (1) em número de volumes que podem ser disponibilizados; (2) em números de assentos; (3) em número de pontos de acesso.

A BNP possui um acervo de aproximadamente 26.000 exemplares (livros, obras de referência, teses, dissertações e monografias), além dos periódicos e CD-roms, disseminados nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharia e Tecnologia, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes. O

acervo está organizado de acordo com a tabela de Classificação Decimal Universal – CDU e segue organização padronizada.

Figura 5 - Acervo Geral da Biblioteca Nilo Peçanha, IFPB - *Campus* João Pessoa



Atualmente, a Biblioteca utiliza um software desenvolvido pela Instituição, para gestão do acervo, empréstimo, renovação e reserva de obras, e também possibilita ao usuário consultar o acervo.

O software utilizado pelo Sistema Integrado de Bibliotecas do IFPB é o sistema único de gerenciamento de bibliotecas Koha, instituído a partir da Resolução-CS nº 08, de 23 de Maio de 2018.

A Biblioteca oferece ainda acesso ao Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que consiste em uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Esse Portal conta com um acervo de mais de 30 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

A BNP participa como biblioteca solicitante do COMUT (Comutação Bibliográfica), programa coordenado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT). Por meio desse programa é possível obter cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais, que não são encontrados na BNP, ou quando o Portal de Periódicos da CAPES não disponibiliza em texto completo. Oferece também consulta ao CCN - Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas.

4.2.1 Serviço de acesso ao acervo

São considerados usuários da Biblioteca: os servidores lotados no IFPB, Campus João Pessoa e os discentes regularmente matriculados. A Biblioteca pode ser utilizada, também, pelos demais membros da comunidade externa que venham procurar com a finalidade de realizar suas pesquisas. O acesso às estantes do acervo geral é livre, com direito à consulta de todos os documentos registrados. O empréstimo domiciliar é permitido aos discentes e servidores do Campus.

O empréstimo do setor de Coleções Especiais (obras de referência, periódicos, folhetos) é permitido apenas para a devolução no mesmo dia. O empréstimo do material bibliográfico é pessoal e intransferível, cabendo ao usuário a responsabilidade pela conservação e devolução das obras.

Para cada discente, é permitido o empréstimo de 5 (cinco) livros, por 10 (dez) dias consecutivos. E para cada servidor podem ser emprestados 5 livros, por 30 dias consecutivos. É permitida a renovação do empréstimo, exceto se houver reserva para tal obra.

A Biblioteca do IFPB – Campus João Pessoa disponibiliza para a comunidade acadêmica orientação técnica para elaboração e apresentação de trabalho acadêmicos, com base nas Normas Técnicas de Documentação ABNT, serviço de elaboração de fichas catalográficas, computadores com acesso à Internet para a realização de pesquisas e digitação de trabalhos. Além disso, realiza a catalogação e levantamento bibliográfico.

4.2.2. Política de aquisição, expansão e atualização

A Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas do IFPB, regida pela Resolução N° 114-CS, de 10 de abril de 2017, é o instrumento que define critérios, estratégias e etapas para formação do acervo. Compreende diretrizes que orientam o processo de decisão sobre o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções.

4.3. Instalações de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais

A partir da Resolução n° 240/2015, citada no item 3.4.5, e levando em consideração o exposto na Lei 10.098/2000, a definição de acessibilidade se encontra no inciso I do Artigo 2º, em que lemos:

Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições: I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei 10.098/2000, Art. 2º)

Assim como a Lei 13.146/2015 complementa no seu artigo 3º, para fins de aplicação desta Lei, considerar:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Ainda, a Lei 10.098/00 traz no seu Capítulo IV questões sobre a acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo. Nesse sentido, o IFPB, Campus João Pessoa tem buscado estratégias que possibilitem o pleno acesso de todas as pessoas nos ambientes, o que inclui aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No estacionamento foram destinadas vagas exclusivas para

atender as necessidades dessas pessoas, facilitando o acesso, evitando-se as barreiras arquitetônicas, na Instituição. Os banheiros são acessíveis às pessoas com deficiência, estando localizados estrategicamente para facilitar o acesso. São disponibilizados ainda: elevadores; carros escadares; ambientes com corrimãos que possibilitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida em ambientes verticais, além de locais reservados nos auditórios e outros ambientes em que são oferecidos cursos, palestras ou apresentações, tanto para pessoas que utilizam cadeira de rodas, como para pessoas com deficiência auditiva, visual e de seus acompanhantes. Além dessas adaptações, a Instituição tem realizado a sinalização de todos os ambientes, bem como a colocação de piso tátil.

O Campus João Pessoa do IFPB disponibiliza ainda, para as pessoas com deficiência, uma sala de Recursos Multifuncionais, que tem sido utilizada no atendimento educacional especializado aos discentes, contando com máquina impressora Braille, recursos ópticos, materiais pedagógicos adaptados com Braille, soroban, computadores com softwares que possibilitam o pleno acesso dos discentes com deficiência visual, dentre outros equipamentos. Além disso, todos os editais publicados são acessíveis tanto em Braille, como em Libras, com legenda e em áudio. São feitas orientações sobre as especificidades dos discentes surdos, bem como daqueles com outras deficiências.

Todas essas questões são pautadas na NBR 9050 de 11 setembro de 2015 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, além de se basear na proposta do desenho universal que tem sido amplamente divulgado em nossa Instituição.

O IFPB entende que o paradigma mudou, ou seja, todo o sistema educacional precisa ser inclusivo, os dispositivos legais nos trazem essa imposição e para que isso ocorra se torna necessário a promoção de um ambiente acessível em todas as suas dimensões, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes, nos meios de comunicação, na utilização de tecnologias e principalmente um ambiente em que não haja barreiras atitudinais, pois estas impossibilitam todas as outras e são essas barreiras que tem sido dirimidas com ações, formações, eventos, momentos de reflexão em toda a Instituição.

Além do incentivo às pesquisas e projetos de extensão voltados para temática de inclusão. Sabendo que a inclusão é sempre um dever, nossa Instituição tem

buscado mecanismos que possibilitem a perenidade de suas ações, tornando o ambiente mais humano e inclusivo.

4.4.Laboratórios

A infraestrutura dos laboratórios de informática utilizados pelos CST em Negócios Imobiliários é descrita no quadro 9.

Quadro 9 - Infraestrutura de Laboratórios de Informática

Item	Qte	Observações
Mesa para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Cadeira para docente	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Computador	14 a 20	Para atividades de docentes com aplicações específicas com acesso a internet. A quantidade de máquinas depende do laboratório disponível para as aulas.
Cadeira para discente	15 a 30	Para viabilização das atividades laboratoriais. A quantidade de cadeiras depende do laboratório disponível para as aulas.
Quadro Branco	1	Tamanho mínimo: 4m. Pincéis coloridos sempre disponíveis com apagador.
Projeto (Datashow)	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Tela para Projetor	1	Para viabilização das atividades laboratoriais.
Aparelho de Som	1	Para viabilizar demonstrações de vídeos educativos.

A Instrução Normativa PRE/RE nº 005/2018 normatiza o uso dos laboratórios didáticos dos cursos técnicos e superiores do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Ela visa garantir a segurança, a qualidade e a eficiência das atividades práticas realizadas nos laboratórios, bem como preservar os equipamentos, os materiais e o meio ambiente. A normativa estabelece os conceitos, os objetivos, as atribuições, as normas e os procedimentos para o uso dos laboratórios didáticos do IFPB. Ela também define os papéis e responsabilidades dos coordenadores, professores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades práticas nos laboratórios.

5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

5.1. Pessoal Docente

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários do IFPB é formado por profissionais capacitados e qualificados para o exercício, conforme quadro a seguir:

Quadro 10 - Corpo Docente do CST em Negócios Imobiliários

1º PERÍODO		
Componente Curricular	Professor	Titulação
Inglês Instrumental	Rosana de Oliveira Sá	Mestre
Comunicação Organizacional	Jael Pereira da Silva Rocha	Especialista
Fundamentos de Negócios Imobiliários	Roberto Salgado Beato	Mestre
Fundamentos da Construção Civil	Ana Cláudia Leão Borges	Doutor
Informática Básica	Giovanni Loureiro Cabral de Melo	Mestre
Introdução ao Direito Público e Privado	Giorgione Mendes Ribeiro Junior	Mestre
Fundamentos da Administração	André de Sousa Pedrosa	Doutor
2º PERÍODO		
Componente Curricular	Professor	Titulação
Matemática Financeira	Herbert José Cavalcanti de Souza	Mestre
Economia e Mercado	Robson Oliveira Lima	Doutor
Direito e Legislação Imobiliária	Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia	Doutora

Legislação Social	Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia	Doutora
Psicologia do Trabalho	Glauco Barbosa de Araújo	Especialista
Planejamento Urbano	Vera Regina Silva Wanderley	Doutora
Fundamentos de Arquitetura	Vera Regina Silva Wanderley	Doutora
3º PERÍODO		
Componente Curricular	Professor	Titulação
Contabilidade Geral	Gilvan Medeiros de Santana Junior	Mestre
Tributação e Seguros Imobiliários	Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia	Doutora
Administração em Marketing	Felipe Flávio Bezerra Rocha	Mestre
Avaliação de Imóveis	Filipe Jose Cavalcanti Leite	Mestre
Contratos Imobiliários	Annuska Macedo Santos de Franca Paiva Maia	Doutora
Operações Imobiliárias	Alexsandra Rocha Meira Nobrega	Doutora
Financiamento Habitacional	Roberto Salgado Beato	Mestre
4º PERÍODO		
Componente Curricular	Professor	Titulação
Empreendedorismo	André de Sousa Pedrosa	Doutor
Análise de Investimentos Imobiliários	Roberto Salgado Beato	Mestre
Administração em Condomínios	Filipe José Cavalcanti Leite	Mestre
Locação e Administração De Imóveis	Giorgione Mendes Ribeiro Junior	Mestre
Estratégias de Comercialização	Felipe Flávio Bezerra Rocha	Mestre

Administração de Pessoas	Ana Telma da Silva Miranda	Mestre
--------------------------	----------------------------	--------

5.2. Pessoal Técnico

O Campus João Pessoa conta com os serviços de Secretaria Acadêmica contendo nove servidores e desenvolvendo atividades de assessoria às coordenações e áreas dos cursos técnicos e superiores do Campus. A secretaria acadêmica auxilia na utilização dos sistemas de Registro Acadêmico, apoio aos discentes e aos docentes. O serviço centralizado de secretaria acadêmica permite a padronização dos processos acadêmicos entre todos os cursos do campus.

A tabela abaixo inclui a lista de servidores vinculados à secretaria acadêmica do Campus João Pessoa:

Quadro 11 - Técnico-Administrativos vinculados à secretaria acadêmica

Servidor	Matrícula
Franklin Garcia Figueiredo (CHEFE)	274003
Carlos Eduardo Borges de Andrade	1096737
Francisco das Chagas da Nobrega Figueiredo	1810173
Gabriela Souza de Araujo Albuquerque	1756018
Helder Danilo Fernandes Lima	1848815
Luis Carlos Pacheco Torres de Castro	1457317
José Roberto Gonçalves de Souza	1100476
Nathya Fernandes de Lucena	1740030
Zeildo Nogueira Lima	1050680

5.3. Política de Capacitação de Servidores

A política de capacitação de servidores tem objetivo de desenvolver as competências individuais dos servidores através da realização de ações de

capacitação, proporcionando a possibilidade de crescimento pessoal, refletindo na melhoria da prestação do serviço com conseqüente desenvolvimento institucional.

Todos os projetos ensejadores de capacitação/qualificação possuem trâmite obrigatório pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que aprecia o mérito dos pedidos formulados, opinando pelo respectivo acatamento ou indeferimento junto ao Dirigente máximo da instituição (reitor), a quem caberá a homologação final da decisão. A Resolução nº 64/2021 dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba para o período 2020-2024. A Resolução 82/2021 do Consuper orienta e disciplina a política de capacitação e qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos da instituição.

6. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação é o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade (parágrafo 3º, artigo 1º do Decreto N° 5.773/2006). A avaliação do curso é objeto de constante atenção por parte da Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

A avaliação deverá contemplar, além do curso em si, a articulação deste com o mercado de trabalho em contraste com a formação do discente, incluindo todo o pessoal, e todas as instâncias envolvidas: curso, discente, docente, gestores e Instituição.

6.1.Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação do IFPB está instituída através da PORTARIA 1539/2021 - REITORIA/IFPB, de 13 de dezembro de 2021, e suas atividades estão previstas em regulamento aprovado pelo Conselho Superior (Resolução 63/2021 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB).

A CPA vem promovendo a evolução do processo de avaliação, com a ampliação da participação da comunidade acadêmica, o desenvolvimento dos

instrumentos de avaliação e dos mecanismos de divulgação dos resultados das avaliações. Assim, com base nas orientações constantes na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES no 065/2014, o atual projeto de avaliação contempla o uso de instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, considerando os cinco eixos, abrangendo as dimensões definidas pelos documentos do SINAES, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, disponibilizados para todos os segmentos via internet, por meio de uma plataforma eletrônica, acessado através do endereço www.avaliacao.ifpb.edu.br. O acompanhamento contínuo destes resultados, com o objetivo de identificar as deficiências apontadas nos relatórios e verificar as ações de superação propostas e implantadas pelos cursos avaliados, é realizado por meios de formulários específicos, garantindo que os cursos se apropriem dos resultados das avaliações anteriores. Para destacar a relevância da autoavaliação na IES e garantir a participação de todos os atores envolvidos no processo de avaliação, a CPA conta com os seguintes canais de comunicação e divulgação: telefone (083 36129707), e-mail (cpa@ifpb.edu.br e avaliacao@ifpb.edu.br), página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa), redes sociais e murais.

O processo de sensibilização compreende as ações de divulgação e orientação sobre a execução e participação de cada segmento no processo de avaliação, com a utilização das seguintes estratégias: reuniões com dirigentes e coordenadores de curso, cartazes informativos, publicação na página e redes sociais oficiais da instituição, assim como o envio de mensagens eletrônicas.

Os resultados e análises dos processos de avaliação, bem como a proposição de ações de superação são consolidados nos relatórios de autoavaliação, e após serem discutidos junto aos gestores da instituição e a comunidade acadêmica, são publicizados para todos os agentes envolvidos no processo de avaliação, assim como postados no e-MEC, em cumprimento à legislação vigente. Os relatórios de avaliação interna, realizado pela CPA, e os relatórios de avaliação externa, realizados pelo SINAES, estão disponíveis através da página da comissão no portal da instituição (www.ifpb.edu.br/cpa) e no Portal da Transparência (www.ifpb.edu.br/transparencia).

6.2. Formas de Avaliação do Curso

A avaliação do curso deve ser realizada semestralmente, por meio de um questionário virtual, no momento em que os discentes acessam o sistema Q-Acadêmico ou o sistema SUAPEdu para efetuarem suas matrículas; esse questionário contém itens sobre a metodologia empregada em cada disciplina; o desempenho dos docentes; o modelo de avaliação e o material didático de apoio; a qualidade das instalações físicas e os recursos tecnológicos da instituição voltados para o curso, como também a estrutura administrativa de apoio ao curso. Os procedimentos e processos utilizados na avaliação institucional privilegiam as abordagens qualitativas e quantitativas, buscando formar um banco de dados que venha a balizar alterações pedagógicas, e melhorias na qualidade dos recursos físicos ofertados, bem como verificar se as práticas pedagógicas estão em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

As avaliações da CPA e do INEP proporcionam ao Curso de Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários um conjunto de dados com informações sobre o desempenho de seus docentes, de seus discentes, da estrutura administrativa da instituição e dos recursos físicos e tecnológicos disponibilizados aos discentes. A análise desses dados possibilita sugerir alterações e ajustes na proposta pedagógica do curso; solicitar à instituição políticas de capacitação de pessoal docente e técnico administrativo; requerer materiais e novos recursos tecnológicos voltados às suas necessidades; promover atividades complementares com os discentes; identificar problemas que venham a comprometer o processo ensino-aprendizagem; propor novos métodos de avaliação bem como ações que promovam a interdisciplinaridade. Os docentes, por meio de reuniões semanais, discutem as políticas pedagógicas do curso, analisando o desempenho de seus discentes, buscando ações conjuntas para obter melhorias constantes.

7. CERTIFICAÇÃO

Resolução nº 44-CS, de 20 de fevereiro de 2017, regulamenta os requisitos e o processo para a diplomação em todos os cursos superiores do IFPB, entre eles o Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários.

A colação de grau é um processo obrigatório a todos os discentes, consistindo de um dos requisitos finais para emissão e registro do diploma. Para colar grau, o discente tem que atender a todos os requisitos legais estabelecidos neste PPC, além de comprovar regularidade acadêmica junto à Coordenação de Controle Acadêmico - CCA, Coordenação de Apoio ao Estudante - CAEST, Biblioteca e outros serviços de atendimento ao discente do Campus João Pessoa. A solenidade de colação de grau será agendada pela Direção de Ensino em conjunto com a Coordenação de Cerimonial do Campus com, pelo menos, 45 dias de antecedência, sendo a Coordenação de Cerimonial do Campus responsável por comunicar a Coordenação de Cerimonial da Reitoria a previsão de data da solenidade. É importante observar que os prazos estabelecidos estão relacionados à data de entrada do requerimento do discente e sua homologação ou não junto a Coordenação de Controle Acadêmico do Campus João Pessoa.

No ato da Colação de Grau, o graduando receberá um certificado de conclusão de curso e a Coordenação de Controle Acadêmico dará início ao procedimento para emissão do diploma, encaminhando os processos dos graduados aos setores responsáveis para emissão e registro do mesmo.

A emissão e o registro dos diplomas em formato digitais são normatizadas no âmbito das instituições de ensino superior a partir:

- I. Portaria Nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;
- II. da Portaria nº 554, de 11 de Março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- III. pela portaria nº 1.001, de 8 de Dezembro de 2021, que altera a Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018, que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino;

- IV. e da Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019, que dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao sistema federal de ensino.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA. 3. Ed. Ministério da Educação. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Data de acesso: 29/10/17.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Saber Aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as Perspectivas Atuais da Educação**. Produção de Terceiros sobre Paulo Freire, set. 2000. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1125> Data de acesso: 25/10/17.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2031&z=cd&o=17&i=P> Data de acesso: 24/10/17.

IFPB. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2010 - 2014). 2010.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 54-CS, DE 20 DE MARÇO DE 2017 - CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB**. Dispõe sobre o Regimento Didático dos Cursos Superiores Presenciais e a Distância do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba

_____. **RESOLUÇÃO AR Nº 17/2022, CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB**. Dispõe sobre o aprovação do Regimento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

Resolução nº 138/2015 - CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB. Dispõe sobre a Política de Educação das Relações Étnico-raciais do IFPB.

Resolução nº 63/2021 - CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB. Dispõe sobre as Atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPB.

Resolução nº 114/2017 - CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Política Geral de Aquisição, Expansão e Atualização dos Acervos das Bibliotecas.

_____. **Resolução nº 139/2015 - CONSUPER/IFPB– Conselho Superior do IFPB.** Regulamenta o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (COAPNE).

_____. **Resolução Nº 240/2015 - CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acessibilidade do IFPB.

. **Resolução AR nº 84/2021 - CONSUPER/DAAO/IFPB– Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre as Diretrizes para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

_____. **Resolução 143/2015 – CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos Superiores do IFPB.

_____. **Resolução 141/2015 – CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre o Colegiado dos Cursos Superiores do IFPB.

_____. **Resolução 44/2017 – CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

_____. **Resolução 84/2021 – CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre a alteração da Regulamentação da Política de Capacitação e Qualificação dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

_____. **Resolução 64/2021 – CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre o Plano de Qualificação dos Servidores do IFPB (2020-2024).

_____. **Resolução Ad referendum nº 79/2021 CONSUPER/IFPB – Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre o Regulamento do processo de reconhecimento de competências e saberes adquiridos, o processo de extraordinário aproveitamento nos estudos, o processo de aproveitamento de componente curricular, os procedimentos para equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação ofertados pelo IFPB e dá outras providências.

_____. **Resolução *Ad referendum* nº. 18/2016 - CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre a Colação de Grau dos cursos de graduação do IFPB.

_____. **Resolução *Ad referendum* nº. 16/2018 - CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

_____. **Resolução *Ad referendum* nº. 08/2018 - CONSUPER/IFPB - Conselho Superior do IFPB.** Dispõe sobre o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação.** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Data de acesso: 23/10/17.

PALMER, Parker. **Good teaching: a matter of living the mystery.** Change Magazine,
Jan/Feb 1990. Disponível em:
<http://www.mcli.dist.maricopa.edu/events/afc99/articles> Data de acesso: 26/10/17.

9. EMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 1
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): JAEL PEREIRA DA SILVA ROCHA			

EMENTA

Processo comunicacional e os seus elementos. Comunicação verbal e não verbal. Comunicação organizacional (conceito, histórico e evolução). Comunicação interna, institucional e mercadológica (de marketing). Os meios de comunicação nas organizações e meios de comunicação de massa. Comunicação integrada e imagem empresarial. Responsabilidade social como ferramenta para imagem empresarial.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral

- Desenvolver conhecimentos científicos sobre os fundamentos de comunicação organizacional, enfocando a comunicação empresarial.

Específicos

- Definir a comunicação organizacional;
- Especificar o conceito de informação dentro de uma organização;
- Analisar os aspectos ideológicos e éticos da comunicação organizacional.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental 10. ed. São Paulo: Atlas, 2018

OLIVEIRA, Fátima Bayma. Tecnologias da Informação e da Comunicação. São Paulo: Pearson Prentice Hall – Fundação Getúlio Vargas, 2007.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986.

Bibliografia Complementar:

FLATLEY, Marie; RENTZ, Kathryn ; LENTZ, Paula . Comunicação empresarial. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

NASSAR, Paulo e FIGUEIREDO, Rubens. O que é comunicação empresarial - Coleção primeiros passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

POLITO, Reinaldo. Como falar em público corretamente e sem inibições. São Paulo: Saraiva, 1999.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Thompson, 2002.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2002.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 1		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): ANDRÉ DE SOUSA PEDROSA			

EMENTA

O que é Administração. O itinerário formativo da Administração conforme as principais teorias da Administração. As Organizações e suas tipologias. Ambiente organizacional. Papéis de um gestor. Processo Administrativo – planejamento, organização, liderança, controle. Princípios do Planejamento - conceito, tipos, instrumentos de diagnóstico e análise estratégica da organização. Princípios da Organização - estrutura organizacional, desenho, comunicação e instrumentos (organograma e fluxograma). Princípios da Direção-Liderança. Princípios do Controle – mecanismos de monitoramento e avaliação de processos organizacionais.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

- Compreender a importância dos conceitos da Administração em busca de orientar a postura gerencial no mercado de negócios imobiliários

Específicos:

- Identificar os aspectos fundamentais para a compreensão da Administração como área fundamental para formação profissional, entendendo as organizações a partir de suas particularidades;
- Descrever o processo administrativo e sua importância para o alcance de resultados organizacionais;
- Adquirir competências que favoreçam a melhor estruturação de negócios com base no planejamento estratégico;
- Aplicar conceitos que otimizem a capacidade das organizações em alcançarem melhores desempenhos;
- Identificar as melhores práticas de gerência de pessoas, processos e recursos;
- Descrever o controle como função que favorece o alcance de resultados organizacionais.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

LACOMBE, Francisco & HEILBORN, Gilberto. *Administração: Princípios e Tendências*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Fundamentos da Administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração*. 3. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ROBBINS, Stephen P. DECENZO, David A..*Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações*.4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar:

BLANCHARD, K. O poder da Administração Ética. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração: Teoria, processo e prática*. 4. ed. São Paulo: Campus, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração : o essencial em teoria geral da administração*. 2. ed. rev. e atual. Barueri,SP : Manole, 2013

MOTTA, Fernando C. Prestes. VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. *Teoria geral da administração*. 3. ed. rev. - São Paulo: Cengage Learning, 2006.

PEREIRA, Anna Maris. *Introdução à Administração*. São Paulo: Pearson –Prentice Hall, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 1		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): ANA CLAUDIA LEÃO BORGES			

EMENTA

Topografia do terreno. Elementos da construção de edifício (fundações, estruturas, alvenaria, esquadrias, coberturas, revestimentos, pavimentos, instalações, elementos do paisagismo). Patologia das Construções

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Objetivo Geral

Proporcionar conhecimento dos conceitos de Construção Civil, apresentando conceitos de topografia e patologia de edificações.

Objetivos Específicos

- Identificar a topografia de terrenos através de plantas e mapas.
- Conhecer os elementos construtivos de uma edificação.

Identificar patologias existentes nas edificações e suas causas.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

- BORGES, Alberto de Campos. Prática das Pequenas Construções. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.
- HANAI, João Bento de. Construções de Argamassa Armada. São Paulo: PINI, 1992.
- PIANCA, João BAPTISTA. Manual do Construtor: elementos de construção e composição. 14. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

Bibliografia Complementar:

- ALLEN, Edward; IANO, Joseph. Fundamentos da engenharia de edificações: materiais e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013
- CAVALCANTE, Franciraldo Loureiro. Administração da construção: uma abordagem prática. João Pessoa: Unipê, 2000.
- CHING, Francis D. K. Técnicas de Construção Ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- GUIMARÃES, José Epitácio Passos. A cal - fundamentos e aplicações na engenharia civil. São Paulo: PINI, 1998.
- WHYTE, William. Tecnologia de salas limpas: fundamentos de projeto, ensaios e operação. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS:			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 1
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 50h			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3h/a			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Roberto Salgado Beato			

EMENTA

O corretor de imóveis: histórico, características e aspectos legais da profissão. Conceitos introdutórios de avaliação de imóveis. Órgãos fiscalizadores e de classe. Código de ética e código de processo disciplinar. Noções básicas sobre locação, condomínio, loteamentos urbanos, incorporação imobiliária e de formação de empresa imobiliária.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Desenvolver os conceitos iniciais sobre o exercício da profissão de corretor de imóveis, os direitos e as responsabilidades do corretor, assim como, descrever os aspectos básicos das principais operações realizadas na área de negócios imobiliários.

Específicos:

- Reconhecer o profissional corretor de imóveis, as principais características e formas de exercício profissional.
- Enumerar os órgãos fiscalizados e de classe.
- Identificar as principais operações imobiliárias existentes no mercado.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

RAPOSO, Alexandre T. Manual Jurídico do Corretor de Imóveis. 7. ed. São Paulo: Imã, 2004.

RIOS, Arthur. Manual do Direito Imobiliário. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

TRAVASSOS, Ari. Corretagem de Imóveis de A a Z. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006

Bibliografia Complementar:

LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia Prático do Corretor de Imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2006.

MACHADO, João F. Como Administrar um Condomínio. Goiânia: Ab, 2004.

RESENDE, José Machado. Operações Imobiliárias – I. Goiânia: AB, 2001.

SANTOS, Gildo dos. Locação e Despejo. Brasília: Revista dos Tribunais, 2004. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: João Pessoa			
CURSO: Curso Superior de Tecnologia em Negócios Imobiliários			
DISCIPLINA: Inglês Instrumental aplicado a Negócios			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 1		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): ROSANA DE OLIVEIRA SÁ			

EMENTA

A Língua Inglesa como fonte de comunicação escrita. Conscientização do processo de leitura. Reconhecimento e familiarização com gêneros textuais da esfera acadêmica e profissional específicos da área de negócios. Concepções e estratégias de leitura. Aspectos linguístico-gramaticais aplicados aos textos. Vocabulário específico da área de negócios. Processos de Inferência. Uso do dicionário. Grupo nominal. Referência. Grupos verbais e estrutura da sentença. Marcadores do Discurso.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Desenvolver a leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais que circulam nas diversas esferas dos negócios, especialmente aqueles das esferas acadêmica e científica dessa área, escritos em língua inglesa.

Específicos:

- Reconhecer gêneros textuais, principalmente, os que circulam na área acadêmica e/ou profissional da área de negócios;
- Identificar o vocabulário relacionado à área de negócios;
- Utilizar diferentes estratégias, incluindo a leitura dos aspectos tipográficos, a

realização de previsões, a localização de palavras cognatas e repetidas e o uso das estratégias *skimming*, *scanning* e *selectivity* de acordo com diferentes objetivos de leitura;

- Inferir os significados de palavras desconhecidas a partir do contexto e do processo de formação de palavras (composição e derivação);
- Utilizar o dicionário como instrumento na aprendizagem da leitura em língua inglesa;
- Identificar grupos nominais no texto e reconhecer a sua importância dentro do processo de compreensão textual;
- Reconhecer e identificar o papel dos referenciais (lexicais e semânticos) dentro do texto; Identificar o papel e funções dos verbos no texto;
- Reconhecer a estrutura da sentença e as formas, os tempos e as funções verbais presentes no texto;
- Identificar e reconhecer o papel dos elementos coesivos para a compreensão do texto.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

DUDLEY-EVANS, Tony, ST JOHN, Maggie Jo. **Developments in English for specific purposes**: a multidisciplinary approach. Cambridge: University Press, 1998.

BRIEGER, Nick ; POHL, Alison. **Technical English**: vocabulary and grammar. Oxford: Summertown Publishing. 2002. ISBN-13: 9781902741765

PESSOA, Élide de Oliveira Barros; FRANCA, Ivana A. Peixoto Lianza da. **Inglês para Negócios**. João Pessoa: IFPB, 2011 66p. Il. ISBN 978-85-63406-08-8

Bibliografia Complementar:

DIÓGENES, Cândido de Lima (Org.) **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa**: conversa com especialistas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

DIONÍSIO, Paiva Angela *et al.* (Orgs). **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

DOUGLAS, Dan. **Assessing Languages for specific purposes**. New York: Cambridge University Press, 2000.

GRELLET, Françoise. **Developing reading skills**: a practical guide to reading comprehension exercises. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

OUVERNEY-KING, Janylle Rebouças; EDMUNDSON, Maria Verônica A. Silveira. **Inglês instrumental**. João Pessoa: IFPB, 2011.

Dicionários:

Longman - Dicionário Escolar Português-Inglês / Inglês-Português
(<https://dictionary.cambridge.org>)

Oxford – Dicionário Escolar Português-Inglês / Inglês-Português (www.oed.com)

Material didático: Material didático preparado pelo(a) professor(a) para atender às demandas dos alunos, mediante análise de necessidades. Tal material contará com um referencial teórico básico e as atividades de compreensão de leitura, e os gêneros textuais abordados serão retirados de revistas, jornais e outros suportes, tanto do meio impresso como do meio digital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 1
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): GIORGIONE MENDES RIBEIRO JÚNIOR			

EMENTA

O estudo introdutório do direito: conceitos, subdivisões didáticas e os diversos institutos jurídicos. Os sujeitos de direito e o objeto de direito nas relações jurídicas. As relações jurídicas. O estado brasileiro - estado democrático brasileiro. Direitos e garantias fundamentais e sua relação com Direitos Humanos; O Direito e as Relações ÉtnicoRaciais: o caso da cultura afro-brasileira; Direito e Administração no setor Público, Privado e Terceiro Setor.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral

Compreender as primeiras noções de direito com uma abordagem propedêutica sobre as instituições de direito público, privado e terceiro setor, tendo por base a estrutura do ordenamento jurídico brasileiro.

Específicos

- Conceituar o que é o Direito e suas áreas de atuação;
- Identificar os principais ramos do Direito e as suas fontes;
- Explicar a estrutura jurídica do Brasil e os seus setores organizacionais;
- Descrever as garantias étnico-raciais a partir da formação da cultura afro-brasileira
- Distinguir os elementos componentes das relações jurídicas: sujeitos, objetos e negócios por elas realizados;
- Aplicar os princípios legais nas obrigações contraídas mediante contrato.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. Rev, atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. Instituições de direito público e privado 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRE, Ricardo; DEUS, João de. Direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Método, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado. 16 ed. São Paulo: Método, 2017.

COTRIM, Gilberto Vieira. Direito e legislação: introdução ao direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito 43. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. 464 p. ISBN 9788530932022.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo 3. ed. São Paulo: Método, 2015.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: PRÁTICAS CURRICULARES DE EXTENSÃO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 1
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA:	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 33h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 33h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS):			

EMENTA

Conceito de extensão universitária. Diretrizes para as ações de extensão. Tipologia das ações de extensão. Planejamento das ações de extensão do curso.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Compreender a extensão universitária e sua Indissociabilidade com o Ensino e a pesquisa universitária.

Específicos:

- Descrever a extensão universitária e suas tipologias.
- Descrever o programa de extensão do Curso de Negócios Imobiliários e seus projetos.

Bibliografia Básica:

MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2004

MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2004

MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE. **Extensão Popular**. Editora Universitária /UFPB, 2014.

Bibliografia Complementar:

CALDERÓN, Adolfo. Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares. 1ª Edição. São Paulo. Editora Xamã, 2006

BRANCO NETO, Wilson Castello. **Elaboração de Projetos de Pesquisa e Extensão**. 2013.

DEUS, SANDRA DE. **Extensão universitária : trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS : Ed. PRE-UFSM, 2020.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário**. Perspectiva, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

MELO NETO, JOSÉ FRANCISCO DE. **Extensão universitária - diálogos populares**. Editora Universitária/UFPB, 2002.

POSSOBON, Maria Elizete. BUSATO, Maria Assunta (orgs.). **Extensão Universitária: reflexões e ação**. Chapecó: Editora Argos, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [x] Optativa [] Eletiva []			SEMESTRE/ANO: 1
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 10h	PRÁTICA: 35h	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Everaldo Souto Salvador			

EMENTA

O computador: origem, funcionamento, componentes físicos e lógicos. Computadores ligados entre si: fundamentos e aplicações de redes de computadores. Internet e suas principais ferramentas e recursos: navegadores, *e-mail*, *websites*, mídias, redes sociais. O uso do computador em rotinas de produtividade: editores de texto, planilhas eletrônicas, editores de apresentações. Entendimento dos princípios do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e recursos avançados de informática em rotinas de gestão em negócios imobiliários.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

- Desenvolver conhecimentos na área de informática, usabilidade de equipamentos, aplicativos e sistemas relacionados à área de gestão em negócios imobiliários.

Específicos

- Descrever o funcionamento básico de um computador em suas diferentes formas: *desktop*, *notebook*, *tablet*, *smartphone* e *mainframes (hardware)*. Descarte responsável de lixo eletrônico e responsabilidade ambiental de usuários de sistemas informatizados;
- Enumerar os fundamentos de Sistemas Operacionais, utilitários aplicativos e o respeito à ética do uso legal de softwares licenciados (pagos) e sistemas de código aberto (open source);
- Descrever o uso correto e saudável do computador face às normas de segurança individual e coletiva conforme a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-17) para melhor qualidade de vida enquanto usuários de dispositivos computacionais;
- Identificar os principais recursos de redes de computadores, o uso da Internet, das ameaças e prevenção de segurança da informação em um ambiente corporativo;
- Descrever o uso de aplicativos de edição de texto, planilhas eletrônicas e editores de apresentações, quer nas suas versões *off-line* (instalados no computador do usuário) quer nas versões *online* (disponibilizados em nuvens) para trabalhos colaborativos em equipes (locais e/ou remotas);
- Enumerar os principais conceitos de aplicativos e sistemas disponíveis atualmente no mercado, como ferramentas de gestão imobiliária.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

CAPRON, Harriet L. Introdução à Informática. São Paulo: Pearson Brasil, 2007.
 MEIRELLES, Fernando de Souza. INFORMÁTICA: novas aplicações com microcomputadores. 2ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.
 TURBAN, Efraim. Tecnologia da Informação para Gestão. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013

Bibliografia Complementar:

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
 ENGLANDER, Irv. A arquitetura de hardware computacional, software de sistema e comunicação em rede: uma abordagem da tecnologia da informação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
 LEMOS, André; LÉVY, Pierre . O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.
 PEREIRA, Eliton. Música, educação e informática: gênese e construção de conceitos musicais na escola. Goiânia, GO: IFG, 2013.
 VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO IMOBILIÁRIA			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [X] Optativa [] Eletiva []			SEMESTRE/ANO: 2
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Annuska Macedo Santos De Franca Paiva Maia			

EMENTA

Noções de Direito Notarial e Registral. Direitos Reais sobre Bens imóveis: conceitos e registros. Legislação urbanística e direito de vizinhança.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral: Conhecer os principais procedimentos cartoriais acerca de bens imóveis e seus reflexos em contratos, planejamento urbano e sistema financeiro.

Específicos:

- Descrever os direitos reais sobre bens imóveis e seus requisitos formais de validade;
- Relacionar os principais procedimentos cartoriais e registrais acerca de bens imóveis, a fim de proporcionar amplitude e articulação permanente com a práxis do Profissional.
- Identificar legislações imobiliárias esparsas acerca de planejamento urbano e seus

reflexos em possíveis negociações imobiliárias.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. Cadastro imobiliário e registro de imóveis. Porto Alegre: IRIB, 2003.

PAULO FILHO, Pedro. As ações na locação imobiliária urbana: com as alterações da lei no 12.112/09 - nova lei do inquilinato. Leme, SP: J.H. Mizuno, 2010.

RIOS, Arthur; RIOS JÚNIOR, Arthur. Manual de direito imobiliário: de acordo com as novas alterações na lei do inquilinato. 4. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS COFECI. Legislação. 9. ed. Brasília: CONFECI, 2018.

DINIZ, Maria Helena. Sistemas de registros de imóveis. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012 GONÇALVES, Alexandre Tadeu Navarro Pereira. Tributação das operações imobiliárias. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Salaroli de. Publicidade registral imobiliária. São Paulo: Saraiva, 2010.

REIS, Eduardo Cavalcanti Araújo dos. Código de defesa do consumidor & contratos de financiamento imobiliário. Curitiba, PR: Juruá, 2006.

LIMA, Albério Junio Rodrigues. Direito e Legislação Imobiliária. Brasília: Editora NT, 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 2
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 50h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO:
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Vera Regina Silva Wanderley			

EMENTA

Desenho projetivo: projeções ortogonais e perspectivas. Desenhos técnicos de arquitetura. Normas técnicas para representação de projeto arquitetônico. Normas de acessibilidade. Escalas. Processo projetual em arquitetura. Projetos complementares. Elementos construtivos de arquitetura e interiores. Leitura e interpretação de projeto arquitetônico e interiores. Tipologia das edificações e técnicas construtivas. Ambiência Urbana. Condicionantes ambientais no projeto arquitetônico. Materiais e técnicas construtivas mais sustentáveis. Certificação ambiental. Arquitetura bioclimática.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral

Conhecer os fundamentos arquitetônicos e sua aplicação na prática profissional do corretor de imóveis.

Específicos:

- Estabelecer a relação do projeto arquitetônico com a prática profissional do corretor de imóveis.
- Desenvolver a percepção da tridimensionalidade, a percepção espacial do objeto edificado.
- Conhecer os aspectos normativos que influenciam no projeto arquitetônico.
- Compreender o processo projetual em arquitetura e sua relação com os projetos complementares.
- Identificar os elementos construtivos que compõem uma edificação.
- Desenvolver a habilidade de leitura e interpretação do projeto arquitetônico.
- Analisar o projeto arquitetônico, considerando os condicionantes ambientais que interferem na edificação.
- Discutir diretrizes e princípios de sustentabilidade ambiental nas construções.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

ABNT_NBR 6492/ 2021. Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos – Requisitos.

____NBR 9050/2020. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

CUNHA, Eduardo Grala. Elementos de arquitetura de climatização natural: método projetual buscando a eficiência energética nas edificações. 2ª Ed. Porto Alegre: Masquatro, 2006.

GIBBS, Jenny. Design de interiores: guia útil para estudantes e profissionais. São Paulo: G. Gili. 2010.

NEVES. Laert Pedreira. Adoção do partido na arquitetura. 2ª Edição. Salvador : UFPB, 1998.

[OBERG, Lamartine](#). Desenho Arquitetônico. 33ª Edição. [Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1999.](#)

Bibliografia Complementar:

BOTTON, Alain de. A arquitetura da felicidade. Rio de Janeiro: Rocco, 2007

COSTA, Angelina Dias Leão; ARAÚJO, Nelma Mirian Chagas de (Org.). Acessibilidade no ambiente construído: questões contemporâneas. 1. ed. João Pessoa: IFPB, 2013

GLANCEY, Jonathan. A história da arquitetura. São Paulo: Loyola, 2001.

LAWSON, Bryan. Como os arquitetos e designers pensam. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MANCUSO, Clarice. Guia prático do design de interiores. Porto Alegre: Sulina. 2005

DÊGELO, Marilena (Org.). Pequenos espaços: truques para ampliar 22 apartamentos de 25 a 70 m² / organização. São Paulo: Globo, 2007.

MASCARÓ. Lucia Raffo de. Ambiência urbana = Urban environment. 2ª Edição. Porto Alegre: Masquatro. 2004.

MONTENEGRO, Gildo A. [A perspectiva dos profissionais / Gildo Montenegro](#). São Paulo: Edgard Blücher. 1983

NETTO, Claudia Campos. Desenho arquitetônico e design de interiores. Série Eixos: Infraestrutura. São Paulo: Saraiva: Érica, 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS:			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO SOCIAL			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 2		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): MARIA DA GUIA ALVES PEREIRA			

EMENTA

Direito do Trabalho. Bases Históricas. Trabalho e modelo econômico. Legislação trabalhista brasileira. Remuneração. Jornada. Interrupção e Suspensão do Contrato de trabalho. Legislação previdenciária brasileira. Contribuintes e segurados. Benefícios previdenciários.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

Compreender a proteção social dada pelo Estado aos obreiros a partir do contexto histórico social e saber as principais normas de proteção à remuneração, jornada e segurança do trabalhador além das garantias jurídico-previdenciárias vigentes no País, habilitando os alunos para gerenciar, prevenir e solucionar conflitos.

Específicos

- Descrever a origem da proteção ao direito do trabalhador;

- Identificar as normas aplicáveis no ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à legislação do trabalho;
- Descrever a interdisciplinaridade entre Direito do Trabalho e Previdenciário;
- Distinguir os tipos de contribuintes e benefícios previdenciários.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 9ª Ed. São Paulo: LTr, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12.ed. São Paulo: LTr, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 33 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

AMARAL, Ana Cláudia Côrrea Zuin Mattos do; RICCETTO, Pedro Henrique Arcain. Responsabilidade Civil e Sustentabilidade: normatividade em prol do Meio Ambiente. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/seq/n75/0101-9562-seq-75-00105.pdf>>. Acesso em: 11 jun 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.452, de 01 de Maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 11 mar 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 11 mar 2018.

_____. Lei nº.8212, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 11 mar 2018.

_____. Lei nº. 8213, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da

CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho: Legislação Complementar e Jurisprudência. 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 11 mar 2018.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho: de acordo com a reforma trabalhista e a MP808/2017. GEN – São Paulo: Método, 2018.

DUARTE, Marina Vasques. Direito previdenciário. 7 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 37 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2021

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 41 ed. São Paulo: Ltr, 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA	
IDENTIFICAÇÃO	
CAMPUS: JOÃO PESSOA	
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	
DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA	
CÓDIGO DA DISCIPLINA:	
PRÉ-REQUISITO: Não existe	
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 2
CARGA HORÁRIA	
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: EaD ¹ : EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h	
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): HERBERT JOSÉ CAVALCANTI DE SOUZA	

EMENTA

Juros Simples e composto. Capital e taxas. Desconto Racional, comercial e bancário com juros simples e composto. Equivalência de capitais com juros simples e compostos. Empréstimos e Financiamentos. Sistema de amortização constante.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR <i>(Geral e Específicos)</i>

Geral

Desenvolver a capacidade de analisar, relacionar, comparar e sintetizar conceitos para resolver problemas envolvendo área financeira, desenvolvendo hábitos de leitura, de rigor e precisão, de clareza, de uso correto da linguagem, de crítica e discussão dos resultados obtidos, e desenvolver a capacidade de descobrir informações novas e conhecimentos sobre os diversos tipos de conceitos e métodos utilizados em Matemática Financeira.

Específicos

- Identificar os subsídios para o desenvolvimento de uma reflexão analítica sobre temas de pesquisa na área administração de materiais, com definição de problemas e pensar estratégico na busca de soluções criativas para a área;
- Realizar atividades de pesquisa na área de administração de materiais compatíveis com os conteúdos programáticos trabalhados na disciplina Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

ASSAF, Neto, A. Matemática Financeira e suas Aplicações. São Paulo: Atlas, 2000.

HAZZAN, Samuel e POMPEO, José Nicolau. Matemática Financeira. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATHIAS, Washington Franco. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2004.

Complementar:

HUMMEL, P. e TASCNNER, M. Análise e decisão sobre financiamento e investimento. São Paulo: Atlas, 2002.

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Matemática financeira ao alcance de todos....Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999.

SPINELLI, Walte & SOUZA, M. Helena. S. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ática, 1998.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ECONOMIA E MERCADO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 2
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): ROBSON OLIVEIRA LIMA			

EMENTA

Conceitos básicos. O problema da escassez. Fluxo Circular da renda. Noções de Microeconomia. Análise de demanda, da oferta e o equilíbrio de mercado. Estruturas de Mercado. Noções de macroeconomia. Fundamentos da análise macroeconômica.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos acerca dos fundamentos que permeiam a economia e como funcionam os mercados.

Específicos

- Descrever os principais conceitos econômicos;
- Apresentar fundamentos micro e macroeconômicos relacionando com a produção de uma economia;
- Apontar as diversas estruturas de funcionamento de mercado e o processo de formação de preços;

- Explicar as principais políticas econômicas e as possíveis influências no mercado.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

MANKIWI, N. Gregory. Introdução à economia. 5 ed. São Paulo: Editora Pioneira Thompson Learning.

ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. São Paulo. Atlas.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

MENDES, Carlos Magno et al. Introdução economia. Florianópolis: UFSC.

PAIVA, Cláudio Cesar de (org.) . Economia fundamentos e práticas aplicados à realidade brasileira. Campinas, SP: Alanea.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 10 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANDRONI, Paulo. Traduzindo o economês; para entender a economia brasileira na época da globalização. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Micro e Macro. São Paulo: Atlas, 2010.

VIAN, Carlos Eduardo De Freitas ; PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira ;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS:			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO TRABALHO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 2
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Glauco Barbosa de Araújo			

EMENTA

Psicologia do trabalho; Fundamentos do comportamento individual no trabalho; Grupos e Equipes de trabalho; Comunicação Interpessoal; Motivação, Liderança e Qualidade de Vida no trabalho e Ética no Trabalho.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

Desenvolver conhecimentos científicos e habilidades para atuar com a Psicologia do Trabalho.

Específicos

- Promover técnicas de motivação, liderança, comunicação, estimulando a visão crítica sobre a importância dos aspectos relativos ao nível socioemocional e seu impacto na eficiência e eficácia organizacional;
- Identificar as características, tipos de personalidade e suas influências no

ambiente social do trabalho;

- Identificar comportamentos e reflexão do trabalho individual e grupal, ampliando a compreensão do comportamento humano dentro de uma perspectiva conceitual e humana;

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

BERGAMINI, Cecília W. Psicologia aplicada a administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 2017

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. Barueri / SP : Manole, 2014

ROBBINS, Stephen P; JUDGE, Timothy A ; SOBRAL, Filipe . Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, C. W. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOCK,A.M.B.; FURTADO,O.; TEIXEIRA,M.L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Antônio Vieira; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléia Clen Gomes. Administração de recursos humanos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. Barueri / SP: Malone, 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO URBANO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 2		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 50h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO:
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Vera Regina Silva Wanderley			

EMENTA

Surgimento das Cidades. História do Planejamento Urbano. Origem das Cidades Modernas. O Novo Urbanismo e a Carta de Atenas. Cidades planejadas e o processo de urbanização no Brasil. Especulação Imobiliária e Segregação Socioespacial. Parcelamento do Solo. Mobilidade Urbana e Transportes. Infraestrutura e Serviços Urbanos. Equipamento Urbano e Mobiliário Urbano. Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Urbana. Qualidade de Vida Urbana. Regiões Metropolitanas e o Planejamento Integrado. Estatuto da Cidade. Plano Diretor. Leis de Proteção Ambiental e o Mercado Imobiliário. Legislação Urbanística de João Pessoa (Plano Diretor e Código de Urbanismo).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

Compreender a relação entre o planejamento das cidades e sua relação do com a prática profissional do corretor de imóveis.

Objetivos específicos

- Compreender os fatores que determinaram a criação das primeiras cidades e como estes norteiam a construção das cidades contemporâneas.
- Identificar nas cidades brasileiras a influência das correntes conceituais do planejamento urbano.
- Descrever como se dá o processo de segregação socioespacial.
- Identificar as diferentes formas de parcelamento do solo.
- Conhecer os aspectos que interferem na organização e na qualidade do espaço das cidades.
- Compreender a relação entre qualidade ambiental e qualidade de vida urbana.
- Conhecer o Estatuto da Cidade e os instrumentos da Política Urbana.
- Conhecer a legislação urbanística do Município de João Pessoa.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

- DUARTE, Fábio. Planejamento Urbano. 2 ed. rev. atual. e ampl. – Curitiba. Ibpex. 2011.
- MASCARÓ, Lucia. Ambiência urbana = Urban environment. 2. ed. Porto Alegre: + 4, 2004.
- MASCARÓ, Juan Luís. Loteamentos urbanos. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 5 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2008.

Bibliografia Complementar:

- BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana – Brasília. Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2001.
- BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. Disponível em <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>
- _____. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo e dá outras providências. Disponível em <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>
- CARLOS, Ana Fani A. A cidade. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORTESE, Tucunduva P. KNISS, Claudia Terezinha. MACCARI, Emerson Antônio (orgs). Cidades Inteligentes e Sustentáveis. Barueri. Manole. 2017.
- KWOK, Alison G. GRONDZIK, Walter T. Manual de Arquitetura Ecológica. 2 ed. Porto Alegre.ç Bookman. 2013.
- LE COUBUSIER. Planejamento Urbano [tradução Lúcio Gomes Machado]. São Paulo. Perspectiva. 2010.
- MASCARÓ, Lucia (Org.). A iluminação de espaços urbanos. 1. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2006.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. Estatuto da Cidade: para compreender.../ Rio de Janeiro. IBAM/DUMA, 2001.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. KEINERT, Tânia Margaret Mezzomo. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teóri-metodológicas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 3		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): GILVAN MEDEIROS DE SANTANA JUNIOR			

EMENTA

Noções de Contabilidade. Conceito, Objeto, Finalidade, Técnicas contábeis e Aplicação da Contabilidade. Patrimônio. Definição e elementos. Aspectos do patrimônio (qualitativos e quantitativos). Representação Gráfica do Patrimônio. Situações Líquidas Patrimoniais. Equação patrimonial. Origem e Aplicação de Recursos. Formação do Patrimônio. Contas (Patrimonial e Resultado). Demonstrações Financeiras ou Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício).

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral

- Compreender a contabilidade como um instrumento de informação, planejamento e controle, capaz de oferecer informações relevantes ao processo decisório.

Específicos

- Identificar os elementos que compõe o Patrimônio (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido) e o Resultado (Despesas e Receitas);
- Descrever o mecanismo da formação patrimonial, por meio do registro dos fatos administrativos, como: operações com mercadorias, ativos fixos, contas de resultado e demais operações empresariais;
- Explicar a elaboração de demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício).

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Ricardo José. Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e 500 questões comentadas: Conforme a Lei das S/A, normas internacionais e CPC. 9º. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral fácil. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Técnicos. Brasília.

IUDICIBUS, Sérgio de. et al. Manual de Contabilidade Societária. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEI 6.404/74 e devidas alterações.

MONTOTO, Eugênio. Contabilidade geral esquematizado. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 28ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: CONTRATOS IMOBILIÁRIOS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Introdução ao Direito Público e Privado			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 3
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Annuska Macedo Santos de Franca Paiva			

EMENTA

Teoria geral dos contratos. Considerações iniciais. Contratos em espécies. Contrato de corretagem. Contrato de prestação de serviços. Contrato de mandato. Contrato de compra e venda. Contrato de permuta. Contrato de doação. Contrato de empreitada.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral

- Desenvolver a capacidade de zelar pelos seus direitos e interesses do cliente no que pertine a elaboração de contratos.

Específicos

- Descrever os contratos como uma forma de pacificação social e instrumento de negócios frente a realidade e da existência humana.
- Explicar o significado de contratos, sua amplitude e articulação permanente com a práxis do profissional.

- Demonstrar uma visão geral da elaboração de um contrato.
- Reconhecer as questões éticas e legais na elaboração, execução e término de um contrato.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

Alexandre Guedes Alcoforado et al. Código civil comentado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v.3.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Francisco Ricardo Sales. Direito contratual frente ao código de defesa do consumidor e código civil. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

D'AMATO, Mônica; ALONSO, Nelson Roberto Pereira . Imóveis urbanos: avaliação de aluguéis. 2. ed. São Paulo: LEUD, 2009.

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Corretagem e transação imobiliária no Novo Código Civil. 1. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2004.

SILVA, Bruno Mattos e. Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TRAVASSOS, Ari. Compra e venda de imóveis: dicas e segredos. Rio de Janeiro: Cop, 1991.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [x] Optativa [] Eletiva []			SEMESTRE/ANO: 3
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 30h	PRÁTICA: 30h	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Felipe Flávio Bezerra Rocha			

EMENTA

História e evolução do marketing. O ambiente de marketing. O comportamento do consumidor. A pesquisa. O composto. Sistemas Integrados. Importância da estratégia.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Compreender os conceitos centrais do marketing e sua importância para as organizações e sociedade;

Específicos:

- Descrever o papel do marketing no contexto atual das empresas imobiliárias;
- Contextualizar as funções do marketing no âmbito das empresas imobiliárias;
- Identificar técnicas de planejamento, organização e controle da função de marketing em organizações.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica: (*disponível na Biblioteca Nilo Peçanha)

COSTA, Nelson Eduardo Pereira da. Marketing imobiliário. Goiânia: AB, 2002.

HOFFMAN, K. Douglas et al. Princípios de Marketing de Serviços: conceitos, estratégias, casos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de Marketing: a bíblia do marketing. São Paulo: Ed. Pearson, 2012.

Bibliografia Complementar:

BELCH, George E; BELCH, Michael A. Propaganda e Promoção: uma perspectiva da comunicação integrada de marketing. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CAMARGO, Pedro de. Neuromarketing: a nova pesquisa de comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2013.

COBRA, Marcos. Administração de Marketing (*no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GITOMER'S, Jeffrey. A Bíblia de Vendas: o livro definitivo de vendas. São Paulo: M. Books, 2011.

KOTLER Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2010



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 3
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): MARIA DA GUIA ALVES PEREIRA			

EMENTA

O corretor de Imóveis. O papel Legal do corretor de imóveis. O cliente. Opção de venda. Início e término da intermediação imobiliária. A remuneração do corretor de imóveis. Sinal de negócio. Exercício Ilegal da profissão. Exercício público da profissão.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

- Desenvolver no âmbito da sua competência as atividades relativas à intermediação imobiliária.

Específicos

- Aplicar a intermediação com prudência e diligência.
- Analisar o mercado prestando sempre as informações pertinentes ao cliente.
- Empregar adequadamente as normas civis e Éticas exigidas de um profissional de intermediação.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Corretagem e transação imobiliária no Novo Código Civil. 1. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2004.

RESENDE, José Machado. Operações Imobiliárias. Goiânia: AB Editora, 2001.

SILVA, Bruno Mattos e. Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS COFECI. Legislação. 9. ed. Brasília: CONFECI, 2018.

D'AMATO, Mônica; ALONSO, Nelson Roberto Pereira . Imóveis urbanos: avaliação de aluguéis. 2. ed. São Paulo: LEUD, 2009.

GUIMARÃES, Margoreth Alves de Castro. Exclusividade nos negócios imobiliários. 3. ed. Goiânia, GO: Kelps, 2014.

TRAVASSOS, Ari. Compra e venda de imóveis: dicas e segredos. Rio de Janeiro: Cop, 1991.

TRAVASSOS, Ari. Corretagem de imóveis de A a Z: um glossário para esclarecer muitas dúvidas, tanto dos profissionais imobiliários quanto dos leigos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 3
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Filipe Jose Cavalcanti Leite			

EMENTA

Avaliações de Imóveis, conceitos, tipos, métodos avaliatórios, Avaliação de Terrenos urbanos, Estatística aplicada a casos práticos, Avaliação de Benfeitorias, Conceitos, Métodos avaliatórios, tipos, Avaliação de Edificações, Arbitramento de aluguéis, Avaliações Especiais, Avaliações rurais, Avaliações de Máquinas e Equipamentos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

GERAL

- Conhecer os elementos que caracterizam o processo de formação do conhecimento científico em geral e particulares com a introdução dos conceitos para capacitação na aplicação das técnicas de avaliação imobiliária, segundo a metodologia científica preconizada pelas Normas da Engenharia de Avaliações, estudando e discutindo questões históricas, filosóficas e sociológicas, além daquelas ligadas à avaliação de

imóveis e sua tecnologia.

ESPECÍFICOS

- Descrever os métodos disciplinados pela ABNT para execução da Avaliação de Imóveis;
- Identificar os procedimentos primários e secundários delineadores da Técnica de Avaliação de Imóveis e suas implicações;
- Elaborar um PTAM – Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica de um imóvel.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

FRANCISCO, Walter. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 1991.

MATHIAS, Washington Franco. Matemática Financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

SPINELLI, Walter. Matemática Comercial e Financeira. São Paulo: Ática, 1997.

Bibliografia Complementar:

D'AMATO, Mônica; ALONSO, Nelson Roberto Pereira. Imóveis urbanos: avaliação de aluguéis. São Paulo: LEUD, 2007.

FIKER, José. Avaliação de imóveis: manual de redação de laudos. São Paulo: PINI, 1989.

_____. Manual de Avaliação de Imóveis: do Patrimônio da União: Brasília, 2018

_____. Imóveis urbanos: avaliação de aluguéis. São Paulo: LEUD, 2007.

HALFELD, Mauro; GUEDES, Carlos Eduardo Paletta. Seu imóvel. São Paulo: Fundamento, 2008.

MOREIRA, Alberto Lélío. Princípios de Engenharia de Avaliações. São Paulo: PINI, 1994.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: FINANCIAMENTO HABITACIONAL			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 3		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Roberto Salgado Beato			

EMENTA

Intermediação Financeira. O Ambiente Financeiro Brasileiro. O Efeito Multiplicador de Moeda no Sistema Financeiro. Sistema Financeiro da Habitação. Sistema Financeiro Imobiliário. A utilização do FGTS. Programas Governamentais de Apoio à Moradia. Os Componentes do Crédito Imobiliário e os Sistemas de Amortização.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Fazer com que o aluno compreenda o processo de intermediação financeira e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e seus principais subsistemas relacionados direta ou indiretamente à concessão de financiamentos habitacionais. Aprofundar o conhecimento nos principais sistemas em que o crédito imobiliário está inserido: Sistema Financeiro da Habitação (SFH); Sistema Financeiro Imobiliário e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Entender os componentes que fazem parte de uma operação de crédito imobiliário e os impactos dos principais sistemas de amortização utilizados nesse tipo de financiamento.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas Aplicações. 15. edição – São Paulo: Atlas, 2022.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 22. edição – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2020.

GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira. 12. edição – São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.

Complementar:

ANTOLINI, Tiago Johnson Centeno. Financiamento Habitacional: dicas e sugestões. Curitiba: Jurú, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. Curso de Administração Financeira. 3. edição – São Paulo: Atlas, 2014

CORDEIRO FILHO, Antônio. Empreendedorismo no Mercado Imobiliário Habitacional. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática Financeira. 6. edição – São Paulo, 2009

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. São Paulo: Saraiva, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: TRIBUTOS E SEGUROS IMOBILIÁRIOS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 3		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 50h			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3h/a			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Annuska Macedo Santos De Franca Paiva Maia			

EMENTA

Sistema Tributário Nacional: Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria, Empréstimos Compulsórios e Contribuições sociais. Tributação Imobiliária: ITBI, IPTU, ITR, Laudêmio, Aforamento e IR sobre ganho de capital. Seguro Imobiliário. Órgãos Reguladores: SUSEP e IRB. Apólice de Seguro. Apólice Compreensiva do SFH. Seguradoras. Tipos de Seguro. Seguro Término de Obras. MIP (morte e invalidez permanente). DFI (danos físicos no imóvel). Seguro Interno de Crédito. Seguro Fiança Locatício.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

- Conhecer os tributos incidentes nas operações relativas a imóveis, bem como as modalidades de seguros existentes para o mercado imobiliário.

Específicos

- Explicar a origem da proteção ao direito do trabalhador;
- Descrever as normas aplicáveis no ordenamento jurídico brasileiro no que se refere à

legislação do trabalho;

- Descrever a interdisciplinaridade entre Direito do Trabalho e Previdenciário;
- Distinguir os tipos de contribuintes e benefícios previdenciários.

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

BORBA, Cláudio. Direito tributário: teoria e 600 questões. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquemático. São Paulo: Juspodivm, 2018

Bibliografia Complementar:

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

RAPOSO, Alexandre T; HEINE, Cláudio B . Manual jurídico do corretor de imóveis.7. ed. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

RIOS, Arthur; RIOS JÚNIOR, Arthur. Manual de direito imobiliário: de acordo com as novas alterações na lei do inquilinato. 4. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>	SEMESTRE/ANO: 4		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): MARIA DA GUIA ALVES PEREIRA			

EMENTA

Novos rumos da administração condominial. Sistema de administração condominial por administradora. Condomínio no terceiro milênio. Despesas do condomínio. Tratamento dado às lojas comerciais no caso de destinação mista da edificação. A lei do condomínio – Lei 4.591/64 e Lei 9.267/96. Legislação trabalhista aplicável. Estudo dos formulários práticos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

GERAL

Desenvolver atividades relativas a negócios imobiliários, mais especificamente no que tange a administração de condomínios.

ESPECÍFICOS

- Conhecer as regras sobre administração de condomínio;
- Identificar as formas de gestão condominial e a práxis do profissional;
- Reconhecer as atribuições de um gestor condominial, inclusive em Assembléias;
- analisar a licitude das decisões tomadas por gestores, compreendendo as consequências delas decorrentes.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores: a gestão de negócios ao alcance de todos. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. Cadastro imobiliário e registro de imóveis. Porto Alegre: IRIB, 2003.

MORAES, Anna Maris Pereira de. Introdução à administração. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Complementar:

ALEXANDRE Guedes Alcoforado et al. Código civil comentado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DAYCHOUM, Merhi. 40 + 4 ferramentas e técnicas de gerenciamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Corretagem e transação imobiliária no Novo Código Civil. 1. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2004.

MELO, Lúcio Mariano Albuquerque ; SOUZA, Luciane Albuquerque Sá de ; LIMA, César Emanuel de (Orgs.) . A dinamicidade da administração no contexto atual. João Pessoa: Ideia, 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [X] Optativa [] Eletiva []	SEMESTRE/ANO: 4		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Rachel Costa Ramalho Vasconcelos			

EMENTA

Evolução histórica. Políticas e subsistemas de RH. Planejamento estratégico de Pessoas. Recrutamento de pessoas. Seleção de pessoas. Orientação de pessoas. Avaliação de desempenho. Remuneração e Incentivos. Políticas de Benefícios e Serviços. Treinamento e Desenvolvimento. Relações com os empregados. Higiene, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR <i>(Geral e Específicos)</i>

Geral: Desenvolver habilidades para aplicar no planejamento das ações de Administração de Pessoas.

Específicos:

- Conceituar a área de Administração de Pessoas;
- Descrever os subsistemas relacionados à Administração de Pessoas;
- Elaborar análises e descrições de cargo;

- Avaliar ações de Treinamento e Desenvolvimento;
- Planejar ações de recrutamento e seleção de pessoal;
- Descrever as estratégias para avaliação de desempenho nas organizações
- Descrever práticas comuns de remuneração e benefícios, bem como suas consequências;
- Descrever cuidados e ações relacionadas à Qualidade de Vida no Trabalho.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Recursos humanos: Estratégia e gestão de pessoas na sociedade global. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOHLANDER, George; SNELL, Scott ; SHERMAN, Arthur . Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUTRA Joel Souza. Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. São Paulo: Atlas, 2004.

GRAMIGNA Maria Rita. Líderes inovadores: ferramentas de criatividade que fazem a diferença. 1. ed. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.

LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS:			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ANÁLISE FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 4
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): ROBERTO SALGADO BEATO			

EMENTA

Introdução à Administração Financeira. Análise das Demonstrações Financeiras. Capital de Giro. Análise e Avaliação de Investimentos.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

- Desenvolver o conhecimento do papel da área de administração financeira, dos métodos de análise financeira e de avaliação de investimentos.

Específicos

- Apresentar os principais aspectos e fatores que influenciam as decisões financeiras dentro das organizações;
- Revisar as principais demonstrações financeiras que servem de instrumento para levantar indicadores de análise de desempenho das empresas;
- Enumerar os principais aspectos e as formas como são analisadas as

demonstrações financeiras;

- Explicar a importância, o tipo de informação e a finalidade dos indicadores econômico-financeiros de análise;
- Apresentar os principais fatores que devem ser levados em consideração na realização de análise de investimentos; Conhecer e estudar as características dos principais métodos de avaliação de investimentos.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira. 10. edição – São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

ROSS, Stephen A. Administração Financeira: Corporate Finance. São Paulo: Atlas, 2002.

Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 5. edição – São Paulo: Atlas, 2010.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de Investimentos. 10. edição – São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Engenharia Econômica: técnica de avaliação e seleção de projetos de investimentos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010

OLIVO, Rodolfo Leandro de Faria. Análise de Investimentos. Campinas: Alínea, 2008.

SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Decisões Financeiras e Análise de Investimentos, fundamentos, técnicas e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OBSERVAÇÕES

(Acréscitar informais complementares ou explicativas caso o docente(s) considere importantes para a disciplina/componente curricular)

⁴ Nesse item deve ser detalhado o PROJETO e/ou PROGRAMA DE EXTENSÃO que será executado na disciplina.

Observando as orientações do Art. 10, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, da Instrução Normativa que trata da construção do **Plano de Disciplina**. ⁵ Observar os mínimos de 3 (três) títulos para a bibliografia básica e 5 (cinco) para a bibliografia complementar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 4
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 30h	PRÁTICA: 30h	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): FELIPE FLÁVIO BEZERRA DA ROCHA			

EMENTA

Fundamentos de Planejamento Estratégico. Estratégias de Promoção. Comércio Eletrônico. Telemarketing.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Compreender os fundamentos da gestão da informação e como essa funciona na gestão da empresa.

Específicos:

- Realizar um trabalho de excelência no atendimento em centrais de telemarketing.
- Aperfeiçoar teoria e prática de conhecimentos ligados a técnicas promocionais de vendas.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

ALBERNAZ, Bia. RATTO, Luiz. PELTIER, Maurício. Telemarketing: Comunicação, Funcionamento e mercado de trabalho. Edit. BUAIRIDE, Ana Maria Ramos; REZENDE, D.A. e ABREU, A.F. Tecnologia de Informação aplicada a Sistemas de Informações Empresariais. São Paulo: Atlas, 2000.
ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing da Promoção e Merchandising. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de vendas: uma abordagem introdutória - transformando o profissional de vendas em um gestor de vendas**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. LAS CASAS, Alexandre Luzzi - - **Técnicas de Vendas** - 3ª Edição 2004 - Editora: Atlas - Edição: 3 / 2004 PESSOA, Marília (Ed.). **Telemarketing: comunicação, funcionamento, mercado de trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.
TRAVASSOS, ARI. **Compra e Vendas de Imóveis: dicas e segredos**, Rio de Janeiro: 1999 p.2012. TRAVASSOS, ARI. **Criando Competências corretagem imobiliárias: Teoria & Prática**. São Paulo: All Print, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [X] Optativa [] Eletiva []	SEMESTRE/ANO: 4		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 45h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 5h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 3h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 50h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Giorgione Mendes Ribeiro Junior			

EMENTA

As regras atuais: regulamentação e conceito. As partes envolvidas e as regras sobre a utilização do imóvel. O prazo do contrato e o direito de preferência. Devolução, venda e retomada do imóvel locado. O aluguel e as garantias da locação. Os deveres do locador e do locatário. Conceitos gerais. Lei do Inquilinato. Garantias e deveres na Locação. Penalidades. Término da Locação. Despejo. Como redigir o contrato de Locação. Renovação da Locação. Empresarial. Revisão do Aluguel. Administração de Imóveis.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Descrever as regras jurídicas da locação, a maior parte das quais consta da atual Lei do Inquilinato, nº 8.245, de 1991, recentemente alterada pela Lei nº 12.112, de 2009.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica:

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DINIZ, Maria Helena. Lei de locações de imóveis urbanos comentada: (Lei n. 8245, de 18-10- 1991). 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REIS, Eduardo Cavalcanti Araújo dos. Código de defesa do consumidor & contratos de financiamento imobiliário. Curitiba, PR: Juruá, 2006.

Complementar:

ALEXANDRE Guedes Alcoforado et al. Código civil comentado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS COFECI. Legislação. 9. ed. Brasília: COFECI, 2018.

JUNQUEIRA, Gabriel J. P. Corretagem e transação imobiliária no Novo Código Civil. 1. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2004.

RESENDE, José Machado. Operações Imobiliárias. Goiânia: AB Editora, 2001.

TRAVASSOS, Ari. Corretagem de imóveis de A a Z: um glossário para esclarecer muitas dúvidas, tanto dos profissionais imobiliários quanto dos leigos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Optativa <input type="checkbox"/> Eletiva <input type="checkbox"/>			SEMESTRE/ANO: 4
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 35h	PRÁTICA: 25h	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 7h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 67h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): André De Sousa Pedrosa			

EMENTA

Investigar, entender e internalizar a ação empreendedora, concentrando nos seguintes processos: autoconhecimento, perfil do empreendedor, criatividade, desenvolvimento da visão e identificação de oportunidades, validação de uma ideia, construção de um plano de negócios e negociação.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (<i>Geral e Específicos</i>)

Geral:

Compreender a importância do fenômeno empreendedorismo nos dias atuais e como ele se tornou imprescindível na sociedade moderna.

Específicos:

- Definir o que é ser empreendedor e o empreendedorismo considerando distintas

abordagens;

- Explicar o conteúdo da personalidade empreendedora e das capacidades cognitivas do empreendedor;
- Definir a conduta empreendedora;
- Explicar o que é o intraempreendedorismo;
- Descrever a concepção de como planejar um empreendimento, desde os aspectos relacionados à identificação da oportunidade até os aspectos operacionais.
- Identificar oportunidades de negócios, desenvolver e executar planos de negócios.

BIBLIOGRAFIA⁵

Bibliografia Básica:

DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo - Transformando Ideias em Negócios. São Paulo, Ed. Campus, 2008.

_____. Empreendedorismo Corporativo. São Paulo, Ed. Campus, 2008.

DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

BARON, R.A., SHANE, S.A. Empreendedorismo - Uma Visão do Processo. São Paulo, Ed Thomson, 2006

Bibliografia Complementar:

BERNARDI, L.A. Manual de Plano de Negócios. São Paulo, Ed. Atlas, 2006.

_____. Manual de Empreendedorismo e Gestão – Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. São Paulo, Ed. Atlas, 2003.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor – 3. Ed, São Paulo, Ed. Saraiva, 2008.

LUECKE, R. Ferramentas para empreendedores. Harvard Business Essentials. Rio de Janeiro, E. Record, 2007.

ZACHARASKI, A., TIMMONS, J.A., DORNELAS, J.C. A., SPINELLI, S.(.) Como Conseguir Investimento para o seu Negócio - Da Ideia à Abertura de Capital. São Paulo, Ed. Campus, 2008

HASHIMOTO, M. (2006). Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. Ed. Saraiva.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: SAÚDE E TRABALHO			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [] Optativa [X] Eletiva []	SEMESTRE/ANO: 4º		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 30h	PRÁTICA:	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 3h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 33h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Maria Luiza Da Costa Santos			

EMENTA

Qualidade de Vida, Saúde, Saúde Laboral, Doença Degenerativa, Promoção da Saúde, Promoção da Saúde no Lugar do Trabalho (PSLT), Educação para a Saúde; Estilo de vida saudável e degenerativos, Ergonomia; As probabilidades de EPS no lugar de trabalho; Doenças que mais afetam os trabalhadores no ambiente laboral e extra laboral e a AF na saúde do indivíduo/trabalhador.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral:

Compreender os conceitos e princípios fundamentais da saúde e suas variações relacionadas ao mundo do trabalho.

Específicos:

- Conceituar Qualidade de Vida, Saúde, Saúde Laboral, Doença Degenerativa, Promoção da Saúde, Promoção da Saúde no Lugar do Trabalho (PSLT), Educação

- para a Saúde; Estilo de vida saudável e degenerativo e Ergonomia;
- Descrever as debilidades orgânicas degenerativas na sociedade contemporânea e no local de trabalho/doenças do mundo moderno. Conhecer sobre os estilos de vida saudável e degenerativo e sua influência em nossas vidas. Conhecer a relação da qualidade de vida com o trabalho;
 - Enumerar as vantagens da Atividade física para a saúde

BIBLIOGRAFIA ⁵

Bibliografia Básica:

BELLUSCI, Silvia Meirelles. Doenças profissionais ou do trabalho. 12. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

MICHEL, Oswaldo. Saúde do Trabalhador - Cenários e Perspectivas numa Conjuntura Privatista. Rio de Janeiro: LTR. 2009

SANT'ANNA, Anderson de Souza ; KILIMNIK, Zélia Miranda . Qualidade de vida no trabalho: abordagens e fundamentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

DOLAN, S. Estresse, auto-estima, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2006.

FALZON, P. Ergonomia. São Paulo: Blucher, 2007.

FIGUEIREDO, F.; MONTALVÃO. Ginástica Laboral e Ergonomia. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

GONÇALVES, A; VILARTA; R. Qualidade de vida e Atividade Física. Barueri, SP, Manole, 2004.

KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E . Manual de ergonomia adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PLANO DE DISCIPLINA			
IDENTIFICAÇÃO			
CAMPUS: JOÃO PESSOA			
CURSO: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS			
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)			
CÓDIGO DA DISCIPLINA:			
PRÉ-REQUISITO: Não existe			
UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [] Optativa [X] Eletiva []	SEMESTRE/ANO: 4º		
CARGA HORÁRIA			
TEÓRICA: 15h	PRÁTICA: 15h	EaD ¹ :	EXTENSÃO: 3h
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 2h/a			
CARGA HORÁRIA TOTAL: 33h			
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS): Ana Maria Zulema Pinto Cabral da Nóbrega			

EMENTA

Introdução aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos da Libras, vocabulário básico, História da Educação das Pessoas Surdas. Concepção sociocultural sobre a surdez e implicações sociais, linguísticas, legais e culturais.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/COMPONENTE CURRICULAR (Geral e Específicos)
--

Geral

Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das Pessoas Surdas.

Específicos

- Descrever a mudança conceitual sobre as Pessoas Surdas ao longo da história;
- Analisar o status atribuído à língua de sinais;

- Reconhecer aspectos da Identidade e Cultura Surda;
- Discriminar os aspectos fonológicos, morfossintáticos e sintáticos da Libras;
- Praticar conversação básica conforme léxico abordado na disciplina.

BIBLIOGRAFIA⁵

Básica

- GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.
- QUADROS, R.M. Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos, Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, R.M. Educação de Surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Complementar

- BRASIL. Lei 10436/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.)
- BRASIL. Decreto 5626/2005 (Regulamenta a Lei 10436/2002)
- DORZIAT, Ana. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FERNANDES, E. (ORG.). Surdez e bilinguismo. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- LODI, A. C. B.; MELO, A. D. B.; FERNANDES, E. (Org.). Letramento, bilinguismo e educação de surdos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- LODI, Ana Claudia B; LACERDA, Cristina B. F. de (Org.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.